

O SISTEMA PRESIDENCIALISTA NOS PAÍSES DO MERCOSUL: UMA CONSTRUÇÃO RUMO À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

THE PRESIDENTIAL SYSTEM IN THE MERCOSUR COUNTRIES: A CONSTRUCTION TOWARDS TO THE ECONOMIC INTEGRATION

Luís Alexandre Carta Winter

Professor do Mestrado/Doutorado da PUCPR em Direito Internacional Econômico. Professor de DIP na PUCPR e na FAMEC. Professor de Comércio Internacional e DIPRI na UNICURITIBA.

RESUMO

Síntese da história dos países membros do MERCOSUL sob a ótica da história do presidencialismo, fator comum entre os seus membros e característica única dentro dos blocos econômicos existentes. O objetivo é a divulgação da história destes Estados para uma melhor compreensão dos rumos do próprio MERCOSUL.

PALAVRAS-CHAVE: MERCOSUL, Sistema Presidencialista, Bloco Econômico.

ABSTRACT

This article aims to present a synthesis of the history of the member countries of MERCOSUR under the perspective of the history of the presidential system which is the common factor among its members and a unique feature within the existing economic blocks. The goal is the dissemination of the history of these States for a better understanding of MERCOSUR's own direction.

KEYWORDS: MERCOSUR, Presidential System, Economic Block.

CONTEXTUALIZAÇÃO¹

Em vinte e seis de março de 2011, o Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, completou vinte anos. O projeto inicial era ambicioso e, pela vontade de seus governantes, determinava datas rígidas para seu avanço a começar da zona de livre comércio, caminhando para uma união aduaneira e culminando com o mercado comum. Contudo, desde o início, o MERCOSUL esteve rigidamente subordinado aos humores dos governantes dos quatro países seus formadores.

Discutir integração econômica é também discutir o significado e a proteção que a formação de blocos econômicos, eventualmente, possa dar aos Estados, em um mundo globalizado.

Pensar o modelo de bloco econômico implantado no âmbito do MERCOSUL é ressaltar a peculiaridade de ser o único bloco formado unicamente por países de sistema presidencialista², aspecto este nodal na relação entre os membros do bloco.

Criar um bloco econômico entre países que adotam como sistema de governo o presidencialismo, constitui uma experiência única e sem paralelo com os demais blocos econômicos existentes. Nos países formadores da União Européia, tem-se a enorme experiência parlamentarista, com a constante alternância no poder, voto de desconfiança e a possibilidade de eleições antecipadas que refletirão na estrutura do bloco. Nos países pertencentes ao MERCOSUL, isso não existe, o que poderia apresentar uma maior estabilidade ao sistema por um lado, e, por outro, uma menor participação popular.

O PRESIDENCIALISMO NOS PAÍSES DO MERCOSUL³

Nos Estados Partes do MERCOSUL, o presidencialismo, sob várias formas, esteve presente na maior parte de suas histórias como Estados independentes e em praticamente

¹ Adaptação, com modificações, do texto Winter (2002, p.1/3).

² No presidencialismo, a chefia de Estado e de Governo serão exercidas pela mesma pessoa, o Presidente. Em todos os outros blocos econômicos, há, ou uma participação presidencialista e parlamentarista (chefe de Estado é uma pessoa e chefe de Governo é outra), como no NAFTA, acordo de livre comércio entre o Canadá (parlamentarista), EUA e México (presidencialistas), ou com uma feição majoritariamente parlamentarista, como na União Européia e o ASEAN.

³ A parte histórica, adaptada, com modificações, do texto Winter (2002, p.43-85).

todo o século XX⁴, sendo o sistema adotado, quando da criação do MERCOSUL, em 1991. Independentemente de ser o regime presidencialista um fator de integração no âmbito do MERCOSUL, ele exerceu e exerce um papel preponderante nas relações internas e internacionais no chamado "Cone Sul". Boa parte do que esses países são hoje está profundamente calcada na construção desse sistema jurídico, daí a importância de conhecer a história desses países, pelo viés presidencialista e, também, as relações formais de poder tanto em âmbito local, como a partir do Tratado de Assunção.

ARGENTINA

Na Argentina, o sistema com feição presidencialista inicia-se com o governo de Bernardino Rivadavia, de 1826 a 1827, mas interrompe-se, logo em seguida, com sua renúncia⁵.

O processo de independência Argentina, largamente influenciado pelas guerras napoleônicas, inicia-se verdadeiramente com a deposição do Vice-Rei Espanhol Baltazar Hidalgo de Cisneros, em 1810, substituído por uma Junta de governo⁶.

Formalmente, a independência foi declarada no Congresso de Tucumán, a 9 de julho de 1816 e em 1819, o Congresso determinou a "Constituição das Províncias Unidas da América do Sul", sancionada a 22 de abril, que introduzia o bicameralismo, organizava o Judiciário, estabelecia a religião católica como oficial, criava o sistema censitário e a eleição do Diretor (chefe do poder Executivo) pelas duas câmaras.

Um poder central, instalado em Buenos Aires, em 1816, comandado por um diretor supremo, teve dificuldades para impor sua hegemonia sobre o resto do país. Liderada por José Gervasio Artigas, apoiado pelas massas rurais e defensor de um programa de reforma agrária, a

⁴ No Brasil, exceto entre 1961-1963, onde vigorou o sistema parlamentarista e, no Uruguai entre 1951-1966, onde vigorou um sistema colegiado.

⁵ Atualmente, pela Constituição de 1994, para dar um "continuum" em termos de história, o art.35 assim se posiciona: Las denominaciones adoptadas sucesivamente desde 1810 hasta el presente, a saber: Provincias Unidas del Río de la Plata; República Argentina, Confederación Argentina, serán en adelante nombres oficiales indistintamente para la designación del Gobierno y territorio de las provincias, empleándose las palabras "Nación Argentina" en la formación y sanción de las leyes.

⁶ Cervo (1998, p.85) sustenta que: Fernando VII, ao recuperar o trono em 1814, repeliu quaisquer princípios democráticos que haviam aflorado na Espanha e na América Espanhola. Por isso instalou-se em Buenos Aires, a 31 de janeiro de 1813, a Assembléia Geral Constituinte, que legitimou um triunvirato (Várias lideranças, por Buenos Aires, Artigas, pelo Uruguai e Francia, pelo Paraguai). O dilema platino entre centralismo e federalismo não se resolvia: este último era exigência inegociável de José Gervasio Artigas, o líder da revolução no Uruguai, ao passo que Francia, no Paraguai sequer o aceitava e desejava o isolamento de todos.

corrente federalista do litoral manteve uma árdua luta contra Buenos Aires. Artigas, em 1815, deteve o controle não só das províncias litorâneas, mas também de Córdoba e Missões, controlando as rotas que ligavam Buenos Aires ao interior⁷.

Com a renúncia de Bernardino Rivadavia, e em razão das intrigas entre federalistas e unitários, o governo se torna inoperante. Juan Manuel Rosas é nomeado governador de Buenos Aires, em 1829, em substituição a Manuel Dorrego e dá início a uma fase de autoritarismo e de conflitos generalizados com o interior, os europeus e o Brasil, até ser afastado, em 1852. As províncias do interior e Buenos Aires estão rompidas. É a guerra civil.

Em 1828, foi assinada a paz com o Brasil, constituindo-se um novo Estado independente a República Oriental do Uruguai, na outrora província Cisplatina, que, na época, ninguém acreditava viesse a sobreviver.

Após a renúncia de Rivadavia, foi reconstituída a província de Buenos Aires, governada pelo líder dos Unitaristas, então chamado Partido da Ordem, depois derrubado e executado pelo exército que regressara da Banda Oriental; o regime militar instaurado, por sua vez, é derrotado⁸ pelos caudilhos. Entre eles, a figura dominante é Rosas.

Rosas governou a província até 1852, com um breve intervalo, entre 1832 e 1835. Transformou-se no mais poderoso dos caudilhos de sua época, exerceu seu governo de forma

⁷Beired (1996, p.32-33) sustenta que a independência não se traduziu em estabilidade político institucional. O novo Congresso dividiu-se em função de um debate sobre a melhor forma de governo: república ou monarquia. Houve diversas tentativas frustradas para a implantação de uma monarquia. A princesa espanhola Carlota Joaquina, mulher de D. João VI, recebeu um convite para assumir o trono argentino, mas não aceitou por pressões da Inglaterra e da corte portuguesa. (...) A Constituição redigida em 1819, não conseguiu resolver o impasse entre republicanos e monarquistas. Estabeleceu um poder executivo unipessoal, que com uma pequena reforma da Carta poderia transformar-se em poder monárquico hereditário. De caráter oligárquico e unitário, essa Constituição mal teve tempo de funcionar. As investidas dos caudilhos federais litorâneos puseram fim ao poder central em 1820. O país fragmentou-se e ficou dividido em nove províncias autônomas. Tentativas de criar um novo governo nacional desembocaram na criação do cargo de presidente da República em 1826, ocupado por Bernardino Rivadavia, e na aprovação pelo Congresso Nacional, que se reunia desde 1824, de uma Constituição de princípios liberal-unitários. A província de Buenos Aires e sua capital foram postas sob controle das autoridades nacionais, as rendas da aduana de Buenos Aires foram nacionalizadas, beneficiando as outras províncias, foram criados exército e tesouro e definido o território sob jurisdição do governo, republicano e representativo.

⁸ Donghi (1975, p.119) discorre que à execução de Dorrego seguiu-se um governo militar que fez sentir com dureza o seu peso sobre as regiões rurais cansadas da guerra, fato que provocou uma revolta rural que reconheceu como seu chefe Juan Manuel de Rosas, rico proprietário do sul, organizador de uma eficiente milícia regional em sua localidade fronteiriça. Após seis meses, o regime militar de Buenos Aires caiu e abriu-se para Rosas o caminho do poder. Nesse meio tempo, o movimento hostil aos federalistas obtinha maiores êxitos no interior, onde o General Paz, um veterano da guerra contra o Brasil e oriundo de Córdoba, assenhorava-se de sua província e derrotava Facundo Quiroga, de La Rioja, obrigando-o a refugiar-se em Buenos Aires. Nove províncias cáíram sob seu domínio, enquanto as quatro províncias litorâneas alinhavam-se contra ele. Capturado em uma ação de surpresa, o General Paz, em 1831, os federalistas reconquistam o interior e a Argentina volta a ser um conjunto de províncias dominadas por Rosas, López (governador de Santa Fé) e Quiroga.

autoritária e perseguiu de forma implacável seus opositores.

Rosas desenvolveu uma política guiada pelo objetivo de apaziguar a ininterrupta guerra civil entre os poderosos caudilhos do litoral e do interior. Por meio de alianças militares, derrotou as forças políticas contrárias ao federalismo e construiu um sistema de poder estável, baseado em pactos com caudilhos regionais. Essa estrutura de poder, denominada Confederação Argentina, também conhecida como Confederação Rosita, pois, apesar de seu discurso federalista, Rosas impôs, na prática, o domínio dos interesses de Buenos Aires sobre o interior e o litoral, o que acabou por gerar novas tensões e guerras interprovinciais.

Juan Manuel de Rosas, em 1831, organizou a Confederação Argentina. Após duas décadas de sangrentas lutas, a capital e o interior chegavam a um *modus vivendi*, com Rosas tornando-se, na prática, governante do País, embora tivesse recebido das demais províncias apenas a delegação formal para representá-las externamente. A Lei de aduanas, de 1835, por ser protecionista, favoreceu a burguesia mercantil portenha pela concentração do comércio exterior argentino no porto de Buenos Aires, cujas rendas não foram nacionalizadas⁹.

As pretensões hegemônicas de Buenos Aires¹⁰ com relação à Confederação geraram a reação que terminou por derrubar Rosas do poder. Ao longo da década de 1840, formou-se uma aliança antiportenha no litoral, liderada pelo general Justo J. de Urquiza, governador de Entre Rios. Em 1852, Rosas foi derrotado na Batalha de Monte Caseros, por uma aliança internacional composta por Corrientes, Entre Rios, Brasil e Uruguai.

Em 1853, era aprovada uma nova Constituição, sem a participação de Buenos Aires¹¹. De conteúdo liberal, estabeleceu a forma representativa, republicana e federativa de governo, a divisão dos poderes em legislativo, executivo e judiciário, a eleição indireta para presidente, direitos individuais, liberdade de culto paralelamente à adoção do catolicismo como religião

⁹Doratioto (1998, p.177) argue que: Rosas não era contra a centralização política, mas não aceitava o liberalismo e seus defensores, os unitários, portadores dos valores laicos do humanismo e do progresso. Rosas "nunca fue un verdadero federalista" e, sob a aparência de uma Confederação, estabeleceu um poder centralizado, favorecendo o domínio de Buenos Aires sobre as demais províncias argentinas.

¹⁰ Há, historicamente, uma grande rivalidade entre Buenos Aires e o interior. Sobre esse assunto ver VEIGA GARCIA,1990.

¹¹ Alberdi (1994, p. 151) lembra que “depois da queda de rosas, Buenos Aires, para surpresa de toda América que a observava, continuou resistindo à criação de um governo nacional, que naturalmente relevava porque tinha de relevar seu governador local da qualidade de chefe supremo de catorze províncias, as quais não o elegeram nem tinham o direito de deixá-lo como responsável. Buenos Aires resistiu à criação de um Congresso Nacional, porque esse Congresso iria relevar sua legislatura de província dos poderes supremos de fazer a paz e a guerra, de regular o comércio e a navegação, de impor tarifas alfandegárias: poderes que essa província estava exercendo por sua legislatura local devido à ausência de um Congresso comum”.

oficial do Estado.

No mesmo ano, o general Justo José de Urquiza foi eleito presidente da República para um mandato de seis anos. Liberal e federalista, realizou uma política que atendeu aos interesses do interior. Buenos Aires insurge-se com a nova disposição e rompe com a Confederação em 1852, e, entre 1859 e 1862, trava batalhas com a Confederação que termina com a vitória das forças portenhas, comandadas por Bartolomé Mitre.

Mitre assumiu a presidência e deu início à estruturação de um Estado efetivamente nacional. Criou um Congresso Nacional, uma Justiça Federal, um Exército Nacional¹² e implementou um programa liberal unitário com forte poder centralizador e derrota os caudilhos que se opunham a ele.

Mitre é sucedido por Domingos Faustino Sarmiento que, por sua vez, é sucedido por Nicolás Avellaneda e, em cujo mandato, o Congresso aprovou a federalização da cidade de Buenos Aires, separando-a da província e transformando-a na capital do País. Houve um levante por parte de Buenos Aires, mas foram derrotados e, desde então, Buenos Aires é a capital federal do País e La Plata a sede do governo de província. Nicolás Avellaneda é sucedido pelo General Júlio Argentino Roca, em 1880, o mais jovem presidente do País, com 37 anos¹³.

Roca, mediante a criação de uma aliança política denominada Liga dos Governadores, cria-se um sistema político oligárquico¹⁴ em que as eleições não cumpriam outra função senão a

¹² Rouquié (1978, p.76) salienta que: la presidencia de Mitre (1862-1868) abrió el camino a la modernización acelerada del país. Su obra militar puso los cimientos de una organización centralizada de la defensa nacional. El ejército estaba formado por la Guardia Nacional, milicias burguesas, y por “la línea”. El proyecto de Mitre, interrumpido y atrasado por la guerra del Paraguay y por numerosos levantamientos en el interior del país, que lo obligaron a movilizar a los guardias nacionales, consintió en transformar a éstos en reserva de los cuerpos de línea que formarían el ejército activo propiamente dicho.

¹³ Rouquié (1978, p.86) resalta que Roca: quando ainda era apenas um colegial, ele se engaja nas tropas nacionais contra a secessão da província de Buenos Aires, e ganha sua patente de tenente em Cepeda (1859), dois anos mais tarde participa da batalha de Pavón, duas grandes datas da história das guerras civis argentinas. Com vinte e nove anos ele se torna coronel, por sua ação contra a rebelião de um caudilho provinciano e, finalmente, torna-se general em consequência de uma vitória contra uma rebelião dirigida pelo general Mitre, antigo presidente.

¹⁴ Fausto; Devoto (2004, p. 141) discorre que: tratava-se de um sistema político que, na prática, foi se fechando em negociações de cúpula e no qual o papel do eleitorado, em parte indiferente, em parte estrangeiro (portanto, sem direito a voto), em parte manipulado por caudilhos locais e pressionado por todo tipo de fraudes e violências, era muito restrito. Além disso, esse reduzido eleitorado escolhia os representantes do Colégio Eleitoral que, por sua vez, deviam eleger o presidente, sem que se comprometessem a votar neste ou naquele candidato, embora o voto no Colégio Eleitoral costumasse ser unânime no âmbito de cada distrito. Essa brecha dava lugar a todo tipo de arranjos, que se realizavam fora do Colégio Eleitoral, mas depois se projetavam nele. Uma instância, aliás, na qual a cidade e a província de Buenos Aires continuavam em notório minoria (em 1886 detinham juntas, apenas 58 das 232 cadeiras). Para que se tenha noção da crescente hegemonia do grupo dominante, basta lembrar que, em 1879, Roca obteve 69% do total de cadeiras do Colégio; em 1886, Juárez Celman obteve 79% e, em 1892, Luis Sáenz Peña (um candidato fraco, indicado por Roca), 95%.

de ratificar os candidatos oficiais¹⁵.

A nova elite dirigente¹⁶ consolidou o sistema agroexportador, promovendo uma profunda remodelação física do País¹⁷, em particular com as grandes cidades.

Se o regime conservador apostou na passividade política da população, cujo lema político era "paz e administração", com o surgimento de reivindicações das classes média e operária por participação política, os conservadores reformaram o regime em 1912, estabelecendo o sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório para maiores de 18 anos e, ao contrário do que os conservadores esperavam, essa lei os desalojou do poder¹⁸, elegendo-se Hipólito Yrigoyen, em 1916¹⁹. Este foi sucedido por Marcelo T. de Alvear, em 1922. Yrigoyen volta ao poder em 1928²⁰,

¹⁵Beired (1996, p.46) sustenta que: a aliança feita por Roca deu origem a uma classe dominante nacional cuja fração mais poderosa era a burguesia terratenente pampeana, em particular a da Província de Buenos Aires. Nessa pedida, pode-se dizer que a federalização de Buenos Aires, em vez de representar a derrota da burguesia portenha e buenairense, significou a universalização dos seus interesses, valores e objetivos, por exemplo, a defesa da grande propriedade e da criação de gado, o culto do progresso indefinido e a estreita vinculação econômica e cultural com a Europa.

¹⁶Beired (1996, p.46): essa elite também era obcecada pela ordem pública e por sua perpetuação no poder. Os futuros presidentes, governadores e prefeitos tinham seus nomes definidos previamente no círculo dos donos do poder.

¹⁷Fausto; Devoto (2004, p.139/140) ressalta que a Argentina entrou nos anos 1880 numa fase de notável expansão. *Muitas causas contribuíram para isso: a alta dos preços internacionais de seus produtos agropecuários; o surgimento de uma nova tecnologia para a exportação de carne; o retorno ao mercado internacional de capitais; a chamada conquista do deserto, na qual foram anexadas grandes extensões de terras em poder dos índios no Centro-Sul e no Nordeste do país; a solução da questão da capital e o fim das guerras internas. Basta assinalar que a expansão da fronteira agropecuária permitiu a incorporação de milhões de hectares à produção (por exemplo, a área plantada com trigo e milho passou de 200 mil hectares, em 1872, para 1,6 milhões em 1888).*

¹⁸ Moniz Bandeira (1995, p. 21-22) discorre que: ao culminar, nos anos que se seguiram à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o processo de formação e consolidação do Estado nacional, com a centralização do poder e a unificação do seu espaço econômico, a Argentina entrou em uma era de prolongada estabilidade política, apesar dos levantes que ocorreram em algumas províncias e mesmo em Buenos Aires, provocando a intervenção do governo federal. De qualquer forma, de 1880, ano em que o Presidente Nicolas Avellaneda, com o apoio do General Julio A. Roca, derrotou a rebelião autonomista de Buenos Aires e promoveu a sua federalização, isto é, a apropriação da cidade, como capital do País, e do porto pelo Governo da República, até 1930, o poder civil sufocou os levantes político-militares de 1890 (Buenos Aires), 1893 (San Luís, Rosário, Santa Fé, Mendoza e Córdoba) e sempre prevaleceu, a sustentar a ordem legal e o funcionamento das instituições. Os governos se sucederam, dentro do arcabouço democrático-representativo da Constituição, e o Presidente Roque Saenz Peña (1910-1916) realizou a reforma que implantou o sufrágio secreto e universal, possibilitando a eleição de Hipólito Yrigoyen, em 1916, e a ascensão ao poder do Partido Radical, formado em meio da crise de 1889-90 e que desde aquela época representou a oposição. (...) Em 6 de setembro de 1930, depois de meio século de estabilidade institucional e predomínio do poder civil, o General José F. Uriburu desfechou vitoriosamente um golpe de Estado na Argentina e derrubou o Governo do Presidente Hipólito Yrigoyen, eleito, em 1928, para um segundo mandato pelo Partido Radical. (...) Uriburu convocou eleições, em 1931, e passou o poder ao General Agustín P. Justo, sufragado por uma coligação, "Concordância", que os conservadores dominaram e com a qual dirigiram a Argentina, sem prejuízo dos aspectos formais da mecânica democrático-representativa, até o "putsch" de 1943.

¹⁹ Romero (2006, p.13) ressalta que em 12 de outubro de 1916, Hipólito Yrigoyen assumiu a Presidência da Argentina. Foi um dia excepcional: uma multidão tomou a Plaza del Congreso e as ruas próximas para aclamar o primeiro homem eleito pelo voto universal, secreto e obrigatório, de acordo com a nova lei eleitoral, sancionada em 1912,

derrubado pelos militares em 1930²¹.

O regime civil é restaurado em 1932, com Agustín P. Justo, continuando com o predomínio de políticos conservadores. Em 1943, um novo golpe militar, derrubando-se o Presidente Ramón S. Castillo, abre caminho para o coronel Juan Domingo Perón, secretário do Trabalho²², que se fortalece favorecendo a sindicalização e promovendo reformas trabalhistas.

A influência de Perón²³ entre os trabalhadores leva os militares a afastá-lo do ministério em 1945, mas manifestações populares forçam o Exército a chamá-lo de volta²⁴.

por iniciativa do presidente Sáenz Peña. (...) A decisão de Yrigoyen de modificar a atitude repressora tradicional do Estado, utilizando seu poder para mediar entre os diferentes atores sociais e, assim, equilibrar a balança, parecia apagar a última aresta de conflito.

²⁰Luna (1998, p. 166/167) ressalta que nesta eleição: ocurrió una suerte de empate. Los ochocientos mil votos que había obtenido el radicalismo en 1928 bajaron a seiscientos mil, y la oposición, que había tenido unos cuatrocientos mil votos, subió a la misma cifra. Pero el hecho sin precedentes desde el punto de vista electoral fue que, en la Capital Federal, el radicalismo perdió ante un partido que era la minoría ante un partido que era la minoría de otro partido minoritario. Perdió, en efecto, frente al Partido Socialista Independiente, una disidencia del viejo Partido socialista tradicional, mucho más antiyrigoyenista que éste y que en su momento se aliaría a los conservadores para formar lo que después se llamó la Concordancia. La derrota del radicalismo en la Capital Federal a manos de un partido tan improvisado fue un toque de atención. A partir de ese momento empezó a plantearse la conspiración militar de la que se había hablado un par de años antes, cuando la victoria de Irigoyen despertó algunas inquietudes. Entonces se había tanteado al general Justo, ministro de Guerra del presidente Alvear, pero el militar opinaba, frente al reciente triunfo plebiscitario de Yrigoyen, que toda forma de revolución habría sido repudiada. Sin embargo, en 1930 las cosas ya habían cambiado, y la conspiración militar se puso en marcha, encabezada por el general José Félix Uriburu, de origen salteño, quien había sido diputado conservador en 1913.

²¹Fausto; Devoto (2004, p.241) relata que: o golpe de Estado de 6 de setembro de 1930, na Argentina, dependeu de um acordo entre os dois maiores chefes militares, os generais Justo e Uriburu. Justo era uma figura mais próxima dos dirigentes políticos liberal-conservadores, e dele se poderia esperar uma “retificação de curso”, imposta pelos males produzidos por Yrigoyen, e não uma “revolução. Já Uriburu, apoiado calorosamente pelos nacionalistas, tinha confusas aspirações e acenava para a instituição de um regime nacional-corporativo, nos moldes dos que estavam em vigor na Europa, embora predominasse sua incerteza quanto aos rumos a tomar na implantação do sistema político.

²²Mas que também acumulava a Vice-Presidência e o Ministério da Guerra. Segundo Santos (2000, p.72), em outubro de 1943, o coronel Juan Domingo Perón se colocou à frente do Departamento de Trabalho e Previdência, e dali procurou organizar o movimento dos trabalhadores em benefício do projeto político do seu grupo. Ofereceu postos governamentais a líderes sindicais, promulgou 29 leis trabalhistas novas, tomou parte em 311 disputas, arbitrando 174, concedeu aumentos salariais e o 13º salário. Ao mesmo tempo, promoveu a formação de sindicatos paralelos e a intervenção na CGT, prendeu 48 líderes sindicais e perseguiu sindicatos que se recusavam a colaborar.

²³Rouquié (1978, p.49) ressalta que: El coronel Perón cuidaba su imagen desde que había sido nombrado en el Departamento del Trabajo. Caluroso, directo y familiar, quien sería bautizado más adelante como “el hombre con una sonrisa siempre en los labios” sabía emplear sus cualidades personales. Acogedor con los sindicalistas, protector y atento con los humildes, el paternalismo que empleaba con ellos era militar: parecía el padre del regimiento a nivel de toda la nación.

²⁴Ianni (1989, p.80-81) discorre que: na Argentina, o peronismo começa com base no sistema sindical preexistente, mas o amplia e redefine, fazendo-o diferenciar-se cada vez mais das organizações políticas e sindicais controladas ou influenciadas pela esquerda. O "partido peronista" foi decisivamente dominado pelas figuras de Juan Domingo Perón e Eva Perón, quando se desenvolveu bastante a liderança carismática. Aliás, como Eva Perón, ou Evita, a liderança carismática típica do populismo latino-americano atingiu uma das suas manifestações mais avançadas. No peronismo também estiveram presentes setores militares e empresariais, além de alguns segmentos da classe média. Em sua primeira fase, o populismo argentino, amplamente apoiado por esses setores militares, do qual saíra o próprio Cel. Perón, esteve comprometido com a idéia da "pátria grande". A grande Argentina liderando uma parte

Eleito presidente em 1946²⁵, Perón casa-se com Eva Duarte (Evita), figura central da propaganda de seu governo populista. O Partido Peronista é fundado em 1948 e Perón reeleito em 1951.

A morte de Evita, em 1952²⁶, enfraquece o governo, que entra em atrito com vários setores da sociedade. Deposto em setembro de 1955, por um golpe militar, Perón exila-se na Espanha, enquanto o governo provisório, chefiado pelo general Pedro Aramburú, desencadeia repressão aos peronistas.

Mesmo na ilegalidade, o peronismo ajuda Arturo Frondizi²⁷ da ala esquerda da UCR a se eleger presidente em 1958 e, quatro anos depois, Frondizi é deposto pelos militares. Arturo Illia (UCR), eleito presidente em 1963, é deposto em 1966²⁸, em um golpe liderado pelo general Juan Carlos Onganía.

Violentas manifestações populares e o surgimento de grupos guerrilheiros levam os militares a afastar Onganía, em 1970²⁹. Seu sucessor, Roberto Levingston, é substituído em 1971, pelo general Alejandro Lanusse, que inicia negociações para a volta de Perón.

O peronista Héctor Cámpora, eleito presidente em março de 1973 e empossado em maio, renuncia dois meses depois para permitir a candidatura de Perón.

O Partido Justicialista (Peronista), mesmo elegendo Perón em setembro, divide-se, em meio à crise, entre montoneros (esquerda) e anticomunistas. Perón morre em julho de 1974,

da América do Sul era o sonho de alguns militares peronistas.

²⁵ Apesar da oposição americana.

²⁶ Para se transformar na santa dos descamisados.

²⁷ Luna (1974, p.117) alerta que: uma das pesadas desvantagens com que Frondizi devia arcar era a exagerada expectativa que suscitara e as esperanças desmedidas que despertava. Em maio de 1958, todos aguardavam soluções rápidas para suas próprias dificuldades. O novo presidente compreendia que tais expectativas logo sofreriam o confronto com uma realidade angustiante e por isso decidiu assegurar-se uma margem de tranquilidade social antes de iniciar as grandes batalhas pelo desenvolvimento. Determina um aumento maciço de 60% sobre os acordos coletivos vigentes. Foi apontado como comunista.

²⁸ Dellasoppa (1998, p.270) lembra que: *a queda do governo Illia foi das mais intensamente “negociadas” entre os setores corporativos fundamentais da sociedade argentina: Forças Armadas, empresários e sindicatos.(...) Nesse contexto, deve ser analisado o excepcionalmente alto número de greves sob o governo radical, como as ocupações de fábricas com seqüestro de proprietários e funcionários hierarquizados.*

²⁹ Rouquié (1984, p.323) salienta que na Argentina: a não coincidência entre a orientação dominante do Exército e a do governo civil leva a uma instabilidade permanente. Segundo Luna (1998, p.185-193), a queda de Onganía, deu-se mais do que os movimentos extremistas, pela explosão da impaciência popular, principalmente da classe média, com o plano Krieger Vasena, ministro da economia, que, em nome da estabilidade monetária, redução da inflação e nivelamento orçamentário, após dois anos de sucesso, causa a descapitalização dos setores produtivos nacionais, a falta de defesa da indústria nacional, a ausência de investimentos em setores básicos e a liquidação de fontes de trabalho.

Isabelita, sua mulher e vice-presidente, assume o governo, apoiada pelo seu secretário, López Rega, que favorece setores direitistas, enquanto as atividades terroristas se intensificam.

Isabelita é deposta por um golpe, em março de 1976³⁰. Uma junta militar chefiada pelo general Jorge Rafael Videla assume o poder, dissolve o Congresso e os partidos e dá início à guerra suja, repressão sistemática aos opositores, que faz mais de 10 mil desaparecidos.

A política econômica ultraliberal do ministro da Fazenda, Martínez de Hoz, desmantela o parque industrial argentino. O General Roberto Viola, substitui Videla na Presidência, em 1981, prometendo dialogar com a oposição, mas é deposto por um golpe liderado pelo comandante do Exército, general Leopoldo Galtieri.

Na iminência de perder o controle do País, os militares tentam recuperar o apoio popular ordenando, em março de 1982, a invasão das Malvinas, território britânico, reivindicado pela Argentina.

O apoio, inicialmente obtido, transforma-se em indignação diante da derrota para os britânicos, que reocupam o arquipélago em junho. Galtieri renuncia em julho³¹. Seu substituto³², general Reynaldo Bignone, negocia o retorno dos civis ao poder³³.

³⁰Rouquié (1984, p.321) salienta que: de 1930 a 1973, nenhum presidente eleito no quadro de uma sucessão normal conseguiu cumprir seu mandato constitucional. A propensão dos militares para se instalarem na Casa Rosada, sede do Executivo, merece ser assinalada: entre quinze presidentes que a Argentina teve nesse período, onze eram militares. Ainda mais singular do que isso, é o fato de que apenas dois dos presidentes eleitos conservaram o poder até o término de seus mandatos legais: e ambos eram generais.

³¹Beired (1996, p.78) lembra que: desde 1833, havia um litígio entre a Grã-Bretanha e Argentina pela soberania das ilhas Malvinas (Falkland, para os ingleses), localizadas no extremo sul do país. Durante o período colonial, ingleses e espanhóis alternaram-se na ocupação das ilhas, colonizadas primeiramente pela Grã-Bretanha a partir de 1765. Quando ocorreu a independência das colônias espanholas, as ilhas passaram para o domínio argentino, pois na época estavam ocupadas pelos espanhóis. Porém, em 1833, os ingleses retomaram o controle das ilhas, que desde então são reivindicadas pela Argentina.

³²Romero (2005, p.223) lembra que: a derrota agravou a crise do regime militar, anunciada desde o caos financeiro de 1981, e fez com que viessem a público conflitos que, até então, eram dissimulados. A questão da responsabilidade da derrota (...) o relatório de uma comissão investigadora presidida por um general de muito prestígio responsabilizou a própria Junta Militar e a levou a um julgamento que, posteriormente, condenou os comandantes. Naquele instante, as três forças não entraram em acordo sobre o sucessor de Galtieri, e, apesar de o Exército ter conseguido impor seu candidato, o general Reinaldo Bignone, a Marinha e a Aeronáutica se retiraram da Junta Militar, criando uma situação institucional insólita: um presidente designado pelo comandante-chefe do Exército. Talvez tivesse sido o momento para que um vigoroso movimento civil depusesse as Forças Armadas, mas tal movimento estava longe de existir, e o presidente nomeado conseguiu se firmar graças a um consenso mínimo de forças políticas em torno de um programa de reinstitucionalização sem prazos definidos. Passado o momento mais grave da crise, houve uma recomposição interna, os comandantes da Marinha e da Aeronáutica foram renovados, e a Junta reconstituída.

³³Beired (1996, p.76-77) discorre que: na época do Processo de Reorganização Nacional, nome dado pelos militares ao regime político que vigorou entre 1976 e 1983, a sociedade argentina transformou-se em refém do Estado, que aplicou uma estratégia de repressão que pode ser plenamente qualificada de terrorismo de Estado.

Raul Alfonsín, da UCR, eleito presidente em 1983, ordena a prisão dos comandantes das juntas militares, em 1984. Em 1985 e 1986, cinco membros das juntas e os chefes da campanha das Malvinas são condenados a penas que vão de quatro anos à prisão perpétua.

A hiperinflação provoca saques e quebra-quebras. Em 1987 e 1988, revoltas de militares da ativa (os cara-pintadas)³⁴ contra o julgamento de oficiais levam Alfonsín a enviar ao Congresso a Lei da Obediência Devida, que anistia os oficiais subalternos, e a Lei do Ponto Final, que limita o número de processos, ambas revogadas em 1998. Em 1989, um frustrado assalto de radicais esquerdistas ao quartel de La Tablada, enfraquece o governo civil.

O peronista Carlos Menem vence as eleições presidenciais de 1989 e toma posse seis meses antes do fim do mandato de Alfonsín, em meio a uma grave crise econômica. Sufocando nova revolta de caserna em 1990, todavia indultando os militares da ‘guerra suja’, ele termina por ganhar a confiança do Alto Comando e uma grande oposição de parcela da população. No combate à inflação, lança em 1991 um plano baseado na paridade entre os valores do peso e do dólar, planejado e executado pelo ministro da economia Domingos Cavallo. Subvertendo a ideologia populista-peronista, privatiza, em 1992, o sistema energético e a empresa estatal de petróleo. Menem é reeleito em 1995, mas não consegue fazer seu sucessor. Nas eleições de 1999, é eleito Fernando de la Rúa, da UCR. Fernando de la Rúa é eleito por uma coalizão de opositorista, que reuniam a UCR e a Frente do País Solidário, mas, renuncia em 2001, antes do término de seu mandato, em face à crise econômica. De la Rúa é sucedido pelo presidente do Senado, Ramón Puerta, que renuncia dois dias depois, o Congresso Argentino elege Adolfo Rodríguez Saá, que renuncia oito dias depois. Saá é sucedido por Eduardo Camaño, que governa por dois dias, Camaño é sucedido por Eduardo Duhalde, escolhido pelo Congresso, Duhalde faz seu sucessor, Nestor Kirchner, em 2003 e Kirchner é sucedido por sua esposa Cristina Kirchner em 2007.

Posteriormente, os militares alegaram que era uma guerra, ou, como preferiam dizer, uma "guerra suja". Tradicionalmente, um indivíduo era preso e torturado por alguns dias, antes que sua detenção fosse legalizada e a família avisada.

³⁴Viana (1990, p.92) lembra que: o primeiro levante dos carapintadas – que ganharam esse nome porque tingiam o rosto com graxa para não serem publicamente reconhecidos - , liderados pelo tenente-coronel Aldo Rico (abril de 1987), eclodiu num momento em que 450 militares, das Forças Armadas e dos órgãos de segurança, encontravam-se respondendo a processos. À crise da Semana Santa se seguiram duas outras: Monte Caseros (janeiro de 1988) e Villa Martelli (dezembro de 1988). Somadas, as rebeliões envolveram 1.450 militares.

O BRASIL E O PRESIDENCIALISMO

No Brasil, somente durante o governo de Floriano é que foram dadas as primeiras feições de uma República Presidencialista, ainda que sua proclamação tenha ocorrido em 1889.

À medida que países vizinhos ao Brasil proclamavam suas independências, a ideia republicana tomou impulso, tendo como modelo o sistema Republicano-Presidencialista norte-americano, isto no final do séc. XVIII.

A experiência foi retardada em razão da vinda da Família Real, consequência direta das guerras napoleônicas. Mesmo assim, a Revolução de Pernambuco em 1817, a Confederação do Equador e o próprio período da Regência, tiveram nítidas conotações republicanas, sustadas pelo golpe da maioria, por quarenta e nove anos. Com a Guerra do Paraguai, renasce a ideia republicana.

Em 1870, é fundado o primeiro Clube e o primeiro jornal republicano, com o lançamento redigido por Aristides Lôbo e encabeçado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça. (BELLO, 1983, p.16).

Em julho de 1873, na cidade paulista de Itú, realiza-se o primeiro Congresso Republicano.

Desde o início, os republicanos brasileiros estavam divididos entre históricos e positivistas, este último bastante difundido nos meios acadêmicos e por Benjamin Constant, na Escola Militar.

Da Faculdade de Direito de São Paulo, irradia-se um movimento republicano que repercutirá no Rio Grande do Sul, ensejando a formação de um núcleo de tendências positivistas, no qual aparecerão Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro e outros³⁵.

A proclamação da República só ocorreu devido ao enfraquecimento da monarquia frente à questão religiosa e militar, além do fato da proximidade (1888) entre os chefes republicanos e os militares, dando início a uma conspiração contra o Império, na qual a ação militar foi decisiva, visto que o partido republicano não dispunha de uma estrutura suficientemente forte para realizar tal intento.

Proclamada a República, seguiu-se o período conturbado do Governo Provisório. O antigo Império passava a denominar-se oficialmente de "Estados Unidos do Brasil", denotando-se a

³⁵ Silva (1975, p.45) observa que o positivismo exercia grande atração sobre os republicanos e que, embora sonhassem – ou pelo menos parte deles – com um governo forte, estes "nunca se manifestaram francamente contra o sistema parlamentar".

crescente influência norte-americana na implantação da nova forma de Governo.

O governo provisório ficou inicialmente constituído por Deodoro, como chefe, em conjunto com os seguintes ministros: Rui Barbosa, na Fazenda; Campos Sales, na Justiça; Demétrio Ribeiro, na Agricultura (que incluía a viação, indústria e comércio); Aristides Lôbo, no Interior; Quintino Bocaiúva, no Exterior; Eduardo Wandenkolk, na Marinha e Benjamin Constant, na Guerra.

Deodoro da Fonseca, como Ditador, manteria tal título até a Constituição de 1891, ao eleger-se, constitucionalmente, Presidente da República.

O primeiro Ministério durou até 20 de janeiro de 1891, data da renúncia coletiva, em virtude da discordância com o Marechal quanto à questão da obra no porto de Torres. Após esse acontecimento, Deodoro incumbiu ao barão de Lucena a reorganização do Governo e, com isto, conservando os hábitos parlamentaristas existentes no Império, fez dele seu virtual primeiro ministro³⁶.

A primeira eleição presidencial foi indireta, nos termos do artigo das disposições transitórias da constituição republicana, de forma que presidente e vice seriam eleitos em escrutínios separados pelo Congresso. Deodoro foi eleito por 129 votos contra 97 dados a Prudente de Moraes, presidente da Constituinte. Floriano Peixoto era candidato a vice, na chapa de Prudente de Moraes, recebendo 153 votos e derrotando o vice de Deodoro, o almirante Eduardo Wandenkolk, que recebera 57 votos.

O autoritarismo do Marechal Deodoro e o projeto de lei versando sobre a responsabilidade do Presidente da República aprovado pelo Congresso, em descompasso com seu veto, culminaram com o desentendimento entre ambos. Um poder, para sobreviver, tinha que destruir o outro, como de fato ocorreu³⁷.

³⁶ Como nos mostra Afonso Arinos de Melo Franco: Lucena dominou o cenário político não só no fim da ditadura de Deodoro, mas durante todo o seu período constitucional de governo, encerrado com a renúncia de novembro de 1891. Ocupou, em um e outro período, várias pastas e foi o chefe efetivo, tanto da política quanto da administração. (ARINOS; QUADROS, 1968, p.29)

³⁷ Maluf (1980, p.284), com rara felicidade, expõe que: instituído o sistema republicano presidencial nos moldes da Constituição dos Estados Unidos, deferiu-lhe o Marechal Deodoro o primeiro golpe, dissolvendo a Câmara dos Deputados e apontando aos representantes da soberania nacional o olho da rua. Desde então deveriam compreender os membros do Poder Legislativo, como se expressa Olímpio Ferraz de Carvalho, que "o seu papel, no sistema presidencial, era o de servir e obedecer ao Chefe de Estado". Ainda Maluf, mais adiante às fls. 284/5, comenta: "Rojas Paul, Presidente da Venezuela, comentando a queda do Império brasileiro, "acabou-se a única República que existiu na América – o Império do Brasil". Igualmente, o historiador norte-americano Jorge Crichfield, analisando a queda da Monarquia e a proclamação da República, comentou: "assim terminou a única República que o Brasil já possuiu. Chamaram-lhe Império. Depois, tiveram ditaduras e chamaram-lhe Repúblicas.

Primeiramente, Deodoro dissolveu o Congresso por meio de um golpe, mas este estimulou o contragolpe, obrigando-o a renunciar³⁸.

Com a queda de Deodoro, assume o Marechal Floriano Peixoto, que trata de fortalecer o poder Executivo às custas do Legislativo.

Os sonhos republicanos e federalistas do Brasil foram realizados com a Constituição de 1891, todavia ela torna possível o regime forte de Floriano, pois, embora rezasse em seu art. 42 que, "se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice presidência não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição", nas Disposições Transitórias, estatua que "o Presidente e o vice presidente eleitos na forma deste artigo ocuparão a Presidência e a vice presidência durante o primeiro período presidencial". Floriano se ateve às Disposições Transitórias³⁹

Floriano consolida a República Presidencialista, resistindo, à força da Revolução Federalista e à Revolta da Armada, com uma inquebrantável vontade e, ao findar de seu quadriênio, abandona literalmente o poder. Prudente de Moraes, que sequer havia recebido do seu antecessor as informações sobre a marcha dos negócios do País, assume a Presidência da República envolto numa atmosfera de insegurança⁴⁰.

³⁸ Começava assim, nas palavras de Arinos (1968, p.32) a: experiência presidencialista brasileira, que, daí por diante, se repetiu com sinistra monotonia: presidentes depostos e congressos dissolvidos ou coagidos por estados de exceção, sempre pela mesma causa, seja, a incapacidade do regime, de prazos fixos e posições rígidas, em transformar as oposições em governos.

³⁹ Bello (1983, p.89-90) a esta questão sustenta que: à sombra de duvidosa legalidade, resultante de uma interpretação muito mais política e oportunista do que jurídica, conservando-se na presidência, fazendo questão, todavia, de manter o título de Vice-Presidente. É irresistível a comparação de como a história, com novos atores, se repete: Tancredo Neves e José Sarney. Completando nova transição democrática, quase um século depois. O segundo, sucede ao primeiro em um arranjo mais político do que jurídico.

⁴⁰ Castro (1982. p.272-273) bem ilustra esta peculiar situação: Quando findava o Governo de Floriano, a Convenção do Partido Republicano Federal (25 de setembro de 1893) indicava o nome de Prudente de Moraes para o seguinte quadriênio. Chegava ao Rio a 2 de novembro de 1894, já como Presidente eleito e, ao desembarcar na Central do Brasil, nenhum representante do Governo que se despedia do poder o fora aguardar na estação. Apenas o ajudante de ordens de Floriano, o Capitão Tenente Sadock de Sá, foi vê-lo à noite no Hotel dos Estrangeiros, onde se hospedara; segundo as próprias informações dadas por este oficial aos jornais da época, a sua visita fora unicamente para "cumprimentá-lo em nome do Marechal Vice-Presidente da República". Procurou Prudente de Moraes avistar-se com Floriano, mas este não atendeu à solicitação do Presidente eleito para uma entrevista. No dia da posse, 15 de novembro de 1894, como não lhe mandaram um carro oficial, Prudente de Moraes alugou um dos que estacionavam em frente ao hotel, na Praça José de Alencar, e seguiu para o Senado, onde realizou o ato de compromisso e posse. Daí partiu a pé para o Palácio Itamarati, em companhia dos membros do Congresso. O ambiente que encontrou foi o de casa abandonada, na mais completa desordem. Não havia sentinelas, nem guardas, e o povo movido pela curiosidade invadia as escadarias do edifício. Conta Rodrigo Otávio, testemunha ocular do ato, em seu livro "Minhas Memórias dos Outros", que "comprimido pelo povo, sem garantia de espécie alguma, chegou Prudente de Moraes ao salão principal, onde pouco depois chegava o Ministro da Justiça e Interior

Marcado pela divisão entre os republicanos, o Governo de Prudente de Moraes tinha, de um lado, os reacionários, que defendiam a idéia de que ao Presidente da República cabia também as funções de chefe do partido e de que o Governo central poderia intervir nos Estados.

De outro lado, tem-se os federalistas, defensores de posições contrárias, ressaltando entre estes a figura de Campos Sales que, segundo seus princípios, afirmava: "a autonomia dos Estados é o coração da República" (CASTO,1982, P.276) e batendo-se também pelo presidencialismo como a pedra fundamental do Governo republicano.

Para Campos Sales, o Conselho de Ministros e o parlamentarismo eram reminiscências monárquicas e, se na República havia os Secretários de Estado, o presidente não deveria subdividir com eles a sua autoridade legal e moral. Acabava por suceder a Prudente de Moraes na Presidência da República⁴¹.

Contudo, ao assumir a Presidência da República, o próprio Campos Sales começa a intervir nas unidades federativas de um modo direto e incisivo, por meio da reforma do regimento da Câmara e com a política que empregou em relação aos governadores. Dentro dessa nova República, as eleições para a Presidência passariam a se realizar sem oposição, sagrando-se vencedor o candidato situacionista apresentado pelo Governo. Esse sistema centralista-oligárquico, de um presidencialismo⁴²personalista, perdurou até a revolução de 1930. É a chamada Velha República⁴³.

do Governo que findava – Dr. Cassiano do Nascimento. Este, sem a menor cerimônia, dirigiu-se a Prudente de Moraes dizendo que em nome do Marechal Vice-Presidente, lhe transmitia o Governo. Assumia Prudente de Moraes a Presidência.

⁴¹ Castro (1982, p.276) ressalva que: dos princípios enumerados por Campos Sales, depreende-se que ele lutaria pela república federalista contra a unitarista, pelo presidencialismo contra o parlamentarismo e, era, em suma, um adversário da política intervencionista nos Estados.

⁴² Hambloch (1981, p.72) cita Rui Barbosa ao argumentar: nunca haver existido um Presidente nesta democracia republicana que pudesse ser feito responsável por qualquer de seus atos... Assim, o presidencialismo brasileiro nada mais é que uma ditadura em estado crônico, a irresponsabilidade geral, consolidada e sistemática do Poder Executivo. E vai além ao arguir que *as questões pessoais desde o estabelecimento da República tornaram-se a quintessência do que é chamado a política brasileira. Não existem programas políticos, e até a questão: "Que programa adotaremos a fim de conseguir que o país nos coloque no poder?" não chega a surgir. A questão a ser decidida é apenas esta: "Que elementos políticos devemos conciliar a fim de permanecer no poder ou, alternativamente, alcançá-lo?*

⁴³ Moniz Bandeira (1995. p.22) sintetiza a questão representada pela República Velha, adicionando a ela uma dimensão diferente e mais ampla. *Sustenta que o Brasil, ao contrário da Argentina, já emergira do regime colonial como um Estado unitário, desfrutara de plena estabilidade política quase todo o tempo do Império, no século XIX, e só teve sua ordem constitucional subvertida pelo golpe militar, que proclamou a República em 1889. Forte turbulência então ocorreu, entre 1891 e 1893, quando o Marechal Deodoro da Fonseca, fundador da República, renunciou à Presidência, após fechar o Congresso (1891) e seu vice, a sucedê-lo no governo, enfrentou a insurreição da Armada, no Rio de Janeiro (1893), enquanto uma guerra civil contra a administração provincial de Júlio de Castilhos se alastrava*

O regime, cada vez mais centralizado, malgrado a Constituição afirmar ser o País uma República Federativa⁴⁴, encontra seu apogeu na Emenda Constitucional de setembro de 1926⁴⁵ que, como diz Ernest Hambloch, "fortaleceram o controle autocrático do País pelo Presidente Federal em três direções: enfraquecendo a autonomia dos Estados; facilitando a aplicação do veto presidencial; e impondo ainda maiores restrições à liberdade do cidadão". (CAMPANHOLE, 1971, p.85).

pelo Rio Grande do Sul e se estendia ao território de Santa Catarina, desbordando inclusive as fronteiras com a Argentina (Missões) e do Uruguai (1893-1894). Porém, o Brasil não se desintegrou em duas ou mais repúblicas, com a separação do Rio Grande do Sul, conforme o Presidente do Uruguai, Máximo Santos, esperava, e de São Paulo, que os diplomatas britânicos previam e o Barão de Rothschild, como agente financeiro do País, estava a recear. Logo, o poder civil foi restaurado, com a eleição de Prudente de Moraes para a Presidência da República, em 1894. E, como na Argentina, a ordem constitucional, conquanto desafiada pelas revoltas militares, como a de 1922 (Rio de Janeiro) e 1924 (Rio Grande do Sul e São Paulo), que deu origem à Coluna Prestes (1924-1926), não sofreu qualquer interrupção até 1930, quando a revolução liderada por Getúlio Vargas, Governador do Rio Grande do Sul, triunfou e destruiu a República Velha.

⁴⁴Faoro (2000, p.304) ressalta o desencanto com os governantes pelos governados, durante os anos 20, de 1922 a 1930: Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano perderam a consistência. As glórias sonhadas pelos propagandistas, as utopias dos extremados, o federalismo dos homens práticos convertem-se, na consciência geral, em instituições odiosas. Alguns elementos se transformam, o federalismo se concentra no presidencialismo forte, o País essencialmente agrícola transige com as indústrias, o liberalismo cede o lugar ao intervencionismo estatal. Estas oscilações, com reformas secundárias, em vez de satisfazer as reivindicações, confirmam o humor cético, acentuam a descrença do sistema, sugerem a reorganização do teatro e a aposentadoria dos atores. Os governados que se agitam perdem a confiança nos dirigentes, preocupados em cimentar as pedras soltas com a violência, quebrando o elo da solidariedade comum." Wachowicz (2000, p.110) aduz que, "como exemplo têm-se a abusiva intervenção do Presidente da República nos Governos dos Estados-Membros, a corrupção do processo eleitoral, com vícios decorrentes do sistema de voto descoberto, salientando-se que o eleitorado se constituía por 2% a 3% da população que, em 1920, era pouco mais de 30 milhões.

⁴⁵Campanhole (1971, p.458) expõe o art. 6.º, da Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 a seguinte redação: Art. 6.º O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados salvo: I) Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; II) Para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana; b) o regime representativo; c) o governo presidencial; d) a independência e harmonia dos poderes; e) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários; f) a autonomia dos municípios; g) a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição; h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias; i) a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos; j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição; k) a não reeleição dos Presidentes e Governadores; l) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la. III) Para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes públicos estaduais, por solicitação de seus legítimos representantes, e para, independente de solicitação, respeitada a existência dos mesmos, por termo à guerra civil. IV) Para assegurar a execução das leis e sentenças federais e reorganizar as finanças do Estado, cuja incapacidade para a vida autônoma se demonstrar pela cessação de pagamento de sua dívida fundada, por mais de dois anos. §1.º Compete privativamente ao Congresso Nacional decretar a intervenção nos Estados para assegurar o respeito aos princípios constitucionais da União (n.º II); para decidir da legitimidade dos poderes, em caso de duplicata (n.º III), e para reorganizar as finanças do Estado insolvente (n.º IV). §2.º Compete privativamente ao Presidente da República intervir nos Estados, quando o Congresso decretar a intervenção (§1.º); quando o supremo Tribunal a requisitar (§3.º); quando qualquer dos poderes públicos estaduais a solicitar (n.º III); e, independentemente de provocação, nos demais casos compreendidos neste artigo.

Com a Reforma Constitucional⁴⁶ e estando no poder o Presidente Arthur Bernardes, este governaria sob estado de sítio, enfrentando uma série de rebeliões. O estado de sítio, a intervenção federal, além do recrudescimento da repressão policial são as características do quadriênio bernardista, mas não exclusiva desse quadriênio⁴⁷.

Arthur Bernardes, mineiro, é sucedido por Washington Luís, paulista. Nesta época, lembra Giusti Tavares (1998, p.176) "que a partir dos anos 20, a decadência da cafeicultura mineira teve como resultado o monopólio, por São Paulo, da condição de oligarquia central, e a conversão da oligarquia mineira em oligarquia secundária" (HAMBLOCH, 1981, p.175).

Estes fatos, assomado a outros, como a disputa do partido democrático paulista com o partido republicano paulista e deste com o partido republicano mineiro⁴⁸ vão influir poderosamente na sucessão de Washington Luís. Washington Luís indica um paulista para sucedê-lo, quebrando a política café com leite, alijando Minas da sucessão⁴⁹.

⁴⁶ Bello (1983, p.257), também Arinos (1968, p.292) salientam que o Presidente Bernardes, quando se julgou suficientemente forte pelo apoio da maioria parlamentar e das máquinas dos governos estaduais, promoveu no Congresso Nacional a reforma da Constituição de 1891, como já tentara sem êxito o Presidente Epitácio Pessoa. Foi proibido o que se chamava na gíria parlamentar "cauda orçamentária", isto é, a faculdade de legislar sobre as mais extravagantes matérias nas leis de meios, velha fonte de grandes abusos; limitou-se também a extensão do habeas corpus, que se convertera em instrumento político; instituiu-se a faculdade de vetos parciais do Presidente da República e regulou-se a expulsão de estrangeiros perigosos. Em suma, a reforma constitucional visava, sobretudo, reforçar a autoridade da União, ou, mais especialmente, do seu Poder Executivo.

⁴⁷ Hambloch (1981, p.101/2), em uma análise dos estados de sítio onde se dá poder discricionário ao executivo, apresenta uma cronologia peculiar: O Marechal Deodoro da Fonseca exerceu poderes discricionários desde a declaração da República em 1889 até a promulgação da Constituição de 1891, a saber, por 467 dias. Durante os 271 dias do seu período como primeiro Presidente Constitucional houve um estado de sítio de 20 dias. Ele renunciou e foi sucedido pelo Vice-Presidente, o Marechal Floriano Peixoto, em cujo período de governo de pouco mais de dois anos e meio o país esteve em estado de sítio por mais de nove meses. Prudente de Moraes (1894-1898), estado de sítio superior a três meses. Campos Sales (1898-1902), não houve estado de sítio devido à "política dos governadores". Rodrigues Alves (1902-6), estado de sítio superior a três meses. Marechal Hermes da Fonseca (1910-14), estado de sítio durante nove meses. Wenceslau Braz (1914-18), estado de sítio superior a doze meses. Epitácio Pessoa (1919-22), estado de sítio durante quatro meses. Arthur Bernardes, estado de sítio durante quase dois anos, com vários intervalos. Washington Luís (1926-30), estado de sítio superior a dois meses. Júlio Prestes, não empossado devido ao movimento revolucionário de outubro de 1930, que colocou Getúlio Vargas na Presidência com "poderes discricionários". Tavares (1998, p.175) discorre que o Presidente Campos Sales concebeu a fórmula política sobre a qual repousaria durante três décadas, o grande pacto oligárquico da Primeira República. Esta fórmula política, viabilizada por meio da instituição do federalismo, pela política dos governadores compreendia: "a) uma hierarquização, segundo o nível de desenvolvimento econômico e a envergadura eleitoral de cada estado, das oligarquias regionais; e no quadro desta hierarquia, b) o reconhecimento, pelas "oligarquias periféricas", da hegemonia do eixo São Paulo- Minas Gerais e, ancilar e excepcionalmente, pela oligarquia gaúcha, do controle sobre o Estado nacional, afeiçoando-lhe as políticas públicas e elegendo-lhe o presidente; ao mesmo tempo em que c) o presidente e aqueles dois estados reconheciam a autonomia das oligarquias periféricas.

⁴⁸ Love (1983, p.65).

⁴⁹ Discorre Tavares (1998, p.176) que: violada, com a candidatura de Júlio Prestes, a fórmula política oligárquica que estabelecia a alternância entre São Paulo e Minas no exercício da presidência, instalou-se o conflito no interior do núcleo oligárquico hegemônico, empurrando Minas para a dissidência política. Ao mesmo tempo, fora desrespeitada a posição ancilar que, no pacto de dominação, e frente a qualquer desentendimento entre os dois estados acerca da alternância presidencial, a fórmula política oligárquica atribuía ao Rio Grande do Sul, de modo

A oposição⁵⁰ reunira-se em torno de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e ex-ministro do governo de Washington Luís. O governo não perdia a eleição, e aqui novamente não se fez exceção. Júlio Prestes é eleito.

Aqui, diferentemente de outras ocasiões, o mundo atravessa uma crise, a de 1929, com a quebra da bolsa em Nova Iorque, e a política econômica de Washington Luís relativamente ao café, maior produto de exportação do Brasil, provoca uma quebra entre o governo nacional e as lideranças paulistas⁵¹ e, pela primeira vez, desde a proclamação da República, uma revolução tem chance de vitória.

E a três de outubro de 1930, inicia-se o movimento⁵² e, a vinte e quatro de outubro, o Exército deu um golpe depondo Washington Luís, instalando em seu lugar uma junta militar⁵³ que entrega, a três de novembro, o governo, a Getúlio Vargas que se investiu no posto de Chefe do Governo Provisório.

Getúlio, em onze de novembro, suspende a Constituição, nomeia interventores em todos os Estados, exceto em Minas Gerais⁵⁴.

Caíra a República Velha⁵⁵ e o Brasil tinha seu primeiro ditador⁵⁶ desde o Marechal Floriano

que também este ingressou na dissidência.

⁵⁰ Seitenfus (1985, p.19) observa que: a singularidade da campanha eleitoral da Aliança Liberal não se resume unicamente à improvisação, às hesitações e ao desconhecimento das implicações da crise econômica mundial sobre a economia do País. Mais espantosa ainda é a conclusão de um *gentlemen's agreement* entre Getúlio Vargas e Washington Luís", na qual, dentre outros pontos, Getúlio Vargas compromete-se "em não sair do Estado do Rio Grande do Sul para fazer propaganda eleitoral.

⁵¹ Acrescido do fato de Washington Luís ter resolvido cassar, por vício de forma, todos os mandatos dos deputados eleitos pela Aliança da Paraíba e alguns de Minas Gerais, Seitenfus(1985, p.22). O estopim é o assassinato de João Pessoa.

⁵² Inicialmente no Rio Grande do Sul, depois na Paraíba e em Minas Gerais.

⁵³ Esta junta era composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus, Menna Barreto e o contra-almirante Isaías de Noronha.

⁵⁴ Faoro (2000, p.313) sustenta que *a ótica dos homens que ocupam o Catete, a 3 de novembro de 1930, será adversa ao esquema da política dos governadores, mas se compreende dentro de suas coordenadas mentais. Vencedora a revolução, empreendidas as reformas políticas e só políticas, com o voto secreto e a supervisão judicial, outra vez São Paulo, com outros homens talvez, e Minas Gerais, com os mesmos líderes, comandariam a República renovada.* Com o quê, obviamente, o Rio Grande do Sul não concordará.

⁵⁵ Moniz Bandeira (1995, p.22) argui que *durante o período de 1880-1930, o poder civil, sob controle de oligarquias agro-exportadoras, predominou e manteve a moldura democrático-representativa tanto na Argentina quanto no Brasil (salvo os quatro anos subsequentes à proclamação da República). Porém, a profunda crise do sistema capitalista, que o colapso da bolsa de Nova Iorque, em 1929, refletiu e propagou, estremeceu praticamente todos os países da América Latina, onde, nos anos subsequentes, fortes abalos políticos se seguiram e se encadearam, com golpes de Estado e revoluções a reajustarem as estruturas de poder.*

⁵⁶ Pelo Decreto 19.389, de 11.11.30, em seu art. 1.º, dispunha que: O Governo Provisório exercerá discricionadamente em toda a sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo como do Poder Legislativo, até que eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do País.

Peixoto, em outras palavras, "Getúlio Vargas destruiu a ordem constitucional implantada após a proclamação da República, em 1889, e cuja estabilidade a restauração do poder civil, em 1894, assegurara por quase 40 anos". (Moniz Bandeira, 1995, p.22).

Gerson Moura sustenta que "as mudanças políticas produzidas pela Revolução de 30 no Brasil ocorreram em meio à depressão econômica generalizada nas sociedades capitalistas ocidentais e à crise dos seus modelos e valores políticos e ideológicos". (MOURA, 1982, P.158).

A era Vargas pode ser delimitada por vários episódios, a começar pela Revolução Constitucionalista de 1932⁵⁷, em São Paulo; pela Constituição de 1934; pelo golpe do Estado Novo, em 1937; pela restauração democrática, de 1945; pela Constituição de 1946; pelo segundo Governo de Vargas, de 1950, até sua morte em 1954 e a era pós-Vargas, até 1964⁵⁸.

Na Revolução Constitucionalista, São Paulo é derrotado e seus chefes presos e deportados para Portugal e Argentina. Vargas procura compor-se com São Paulo, mas o seu sacrifício assegurara a convocação da Assembléia Nacional Constituinte⁵⁹ e eleições que se realizaram a 3

⁵⁷Silva (1987, p.78) coloca como suas raízes as seguintes razões: *São Paulo e o tradicional Partido Republicano Paulista (Partido de Representação Popular) tinham sustentado a candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque. Uma dissidência política ponderável, constituída do Partido Democrático, combatera aquela candidatura e questionara o seu resultado. Participara da conspiração, embora os democráticos não tivessem trazido contribuição combatente. Assim, quando Vargas se negou a entregar o Estado aos democratas, armou as bases para uma frente única que uniria as agremiações políticas e arrastaria a população paulista, a qual se sentia humilhada com a ocupação militar e a direção dos negócios públicos entregues a forasteiros.*

⁵⁸ Ianni (1989,p.77/78) discorre que: No Brasil, o varguismo teve várias fases. Entre 1930 e 1937, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesses anos, criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da "paz social" e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Nos anos de 1937-45, Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de Estado Novo, com elementos de inspiração corporativa. Nesse período, outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formalizando as relações de trabalho nos setores secundário e terciário. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso-prévio, a proteção à maternidade e outros dispositivos formalizaram-se os direitos e os deveres dos trabalhadores no mercado de trabalho industrial tanto quanto nas outras atividades produtivas localizadas na cidade. Ao mesmo tempo, criam-se os requisitos organizatórios ou burocráticos por meio dos quais se dá o aparecimento do peleguismo. O pelego passa a ser um elemento essencial da burocracia sindical populista, pois aparece em muitas situações importantes, vinculando trabalhadores e sindicatos ao aparelho estatal. Nos anos 1951-54, o populismo de Vargas conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo. Talvez os dois mais importantes acontecimentos do governo populista, nesse período, tenham sido a criação da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás) e a publicação da Carta Testamento, de Vargas. Nessa carta, escrita às vésperas do seu suicídio, ocorrido em 24 de agosto de 1954, Vargas resume alguns dos principais pontos do populismo brasileiro. A idéia de devolver o País ao povo, de que o imperialismo impedia o progresso nacional, inclusive porque estava associado a grupos econômicos nacionais, está presente na carta, e alimentará boa parte da ideologia populista até a deposição do governo Goulart, em 1964. Aliás, a democracia populista alcança os seus desenvolvimentos extremos e entra em colapso nos anos 1961-64, nesse governo. Ao longo dos anos cinquenta e sessenta, um elemento importante do populismo foi a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)... Essa aliança elaborou e desenvolveu as relações entre o proletariado, as organizações sindicais e o aparelho estatal.

⁵⁹Para Wachowicz (2000,p.112) a Revolução que levou Getúlio Vargas ao Poder pretendia transformar o caráter provisório do governo em definitivo, faltando-lhe, porém um programa de ação global. Essa falta de planejamento,

de maio de 1933.

Se a Constituinte⁶⁰ se instalou em ambiente de grandeza, a Constituição não agradou a uns e a outros⁶¹. A Constituição de 1934, seria suspensa em 1935, pela decretação do estado de sítio e, em 1937⁶², seria revogada por uma Constituição corporativista.

Com a implantação do Estado Novo⁶³, dissolvem-se o Senado e a Câmara, acabam-se os partidos políticos de toda a ordem⁶⁴ e o Presidente da República ganha poderes absolutos, *ad referendum* de um plebiscito que nunca se realizou. Hélio Silva relata que "a imprensa silenciou,

editando leis retroativas, começara a enfraquecer o próprio regime, instaurado sem plano de ação, acarretando instabilidade política.

⁶⁰ Andrade (1988, p.74) aduz que: a Constituinte, eleita em maio de 1933, era composta por políticos do período pré-revolucionário, por políticos e tenentes emergidos da revolução, eleitos pelo povo, e por deputados classistas eleitos pelos sindicatos de patrões e empregados. Tratava-se de uma concessão às idéias então em voga na Europa. Queria-se demonstrar com isto a falência da Democracia Liberal e sua substituição pela Democracia Social.

⁶¹ Silva (1987, p.81) discorre que: o choque entre conservadores e renovadores refletiu-se nos desacertos dos muitos pontos debatidos. A Liga Eleitoral Católica, com apoio maciço da bancada paulista, conseguiu a aprovação de suas emendas. Getúlio Vargas teve o seu mandato constitucional assegurado. A troca, os interventores também puderam fazer-se eleger governadores constitucionais nas assembleias estaduais que se reuniram em seguida. Como muitos interventores não tinham base eleitoral, esses que se intitulavam portadores do espírito revolucionário, entravam em conluio com os antigos políticos derrotados em 30, elegendo-se com o seu apoio. Daí episódios lamentáveis, como o seqüestro de deputados, a compra de votos e atentados em pleno recinto parlamentar.

⁶² Silva (1987,p.82) sustenta que: Todos os golpes se parecem. Políticos agitam a opinião pública, estimulam os militares e estes intervêm, sob a alegação de que defendem as instituições constitucionais. Em 1937, perdurava o clima da Revolta Vermelha de 1935, sufocada sucessivamente em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Os comunistas estavam presos. Mas os generais, reunidos no gabinete do ministro da Guerra, a 27 de setembro, deliberam agir, mesmo se colocando acima da Constituição. Vargas concordou com o golpe, que lhe assegurava a permanência no poder, afastando as duas candidaturas apresentadas à sua sucessão: Armando de Sales Oliveira e José Américo de Almeida, além de Plínio Salgado. Olímpio Mourão Filho apresenta o Plano Cohen, denunciando uma (falsa) preparação de um movimento comunista e a 10 de novembro de 1937, era criado o Estado Novo.

⁶³ Faoro (2000,p.323), citando Góes Monteiro, ministro da Guerra de Getúlio, discorre que: o Estado deve ter o poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação, criando os órgãos e aparelhos próprios para organizar a nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo o cidadão brasileiro que sirva, realmente, à sua pátria. Onde estaria o apoio para essa empresa? Na opinião pública sem caráter nacional, nos estadualismos exclusivistas, nas ambições pessoais arvoradas em lideranças, nos partidos artificiais, no fascismo, nazismo ou bolchevismo? A resposta é concludente! Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. Nestas condições, as forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas.

⁶⁴ Inclusive a Aliança Nacional Libertadora, de orientação fascista, de Plínio Salgado, que transformou-se em um grêmio cultural. Andrade (1988,p.77-8) sintetiza o pensamento integralista, que em alguns aspectos influenciou a Constituição de 37. São eles: 1. A nação é um organismo político, econômico e étnico e, portanto, a representação não pode ser exclusivamente política; 2. o sindicato deve ser pessoa de direito público; 3. a economia deve ser dirigida pelo Estado; 4. deve-se dar uma função social à técnica capitalista e à propriedade; e a estas agregaram-se 5. deve haver unidade da federação; 6. a representação política de caráter técnico, devendo existir ao lado da representação econômica, mas como expressões de forças produtoras e culturais das diferentes regiões; 7. autonomia administrativa dos municípios; 8. integração dos grupos profissionais no Estado de baixo para cima; 9. exclusão de toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e suas projeções morais.

Ius Gentium - Curitiba, ano 6, n. 12, p. 28 - 69, jul./dez 2012

sob censura e a ação política transformou-se em ação conspiratória". (SILVA, 1987, p.82).

A Constituição de 1937, elaborada pelo jurista Francisco de Campos, absorveu vários princípios defendidos pelo integralismo⁶⁵. O mandato presidencial passava a ser de seis anos, e o ditador poderia legislar por meio de decretos-lei, ou seja, o Presidente passou a ter uma série de funções legislativas que fortaleciam grandemente o Executivo. Vargas criou um Departamento de Imprensa e Propaganda, que passou a realizar censura à imprensa a fim de que não se propagassem as idéias democráticas e de que se criasse uma atmosfera de apoio ao Estado forte ou nacional.

A última resistência armada ao Estado Novo⁶⁶ e a Vargas foi a 11 de maio de 1938, feita pelos integralistas, sem sucesso⁶⁷.

No âmbito da política externa, Vargas se caracteriza por uma ambiguidade estratégica e peculiar⁶⁸.

⁶⁵Em contraponto aos integralistas, havia o programa político da Aliança Nacional Libertadora. Segundo Andrade (1988, p.80), o programa político da Aliança se alicerçava nos seguintes princípios: I- Suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, por se considerarem já pagas, e aplicação da quantia assim retida em benefício do povo explorado do Brasil; II- nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, por as considerarmos arapucas para as quais os brasileiros trabalham como cães, enquanto os seus lucros vão para os bolsos de alguns magnatas estrangeiros; III- proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam, por considerar terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho e, portanto, são seus únicos e legítimos proprietários; IV- gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, nele incluídos os estrangeiros que aqui trabalham e são explorados como os próprios brasileiros. Estas liberdades foram conquistadas pelo povo que nunca as gozou, de fato, em toda a sua plenitude. Hoje, ele as reclama, e é legítimo o direito que tem de ser satisfeito custe o que custar; V- constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro e do qual poderá participar qualquer pessoa na medida da eficiência de qualquer colaboração.

⁶⁶ Seitenfus (1985, p.174 e seguintes) chama atenção da desconfortável posição principalmente do fascismo italiano depois da implantação do Estado Novo e da não participação, no governo, dos integralistas, mas, por outro lado, ressalta o convite formulado pela Alemanha e Itália para o Brasil aderir ao Pacto anti-Komintern, o que foi recusado.

⁶⁷ Seitenfus (1985,p.197) sustenta que: o fracasso de 11 de maio concede ao Estado Novo uma certa legitimidade. Doravante, não se poderá mais fazer o paralelo entre integralismo e Estado Novo.; Vargas dessa vez provou, sem recorrer à falsificação de documentos, como no caso de plano Cohen, que o extremismo espreita o país.

⁶⁸Moura (1982, p.582-3) comenta que também aqui a política externa se pautou pela equidistância, já que no plano externo persistiu até o final da década um empate na disputa entre os sistemas de poder emergentes e no plano interno uma forte divisão político ideológica perpassava a sociedade e o Estado brasileiros. As lutas políticas da década de 30, que caminharam na direção de um fechamento do regime liberal democrático, apontavam para uma identificação do Estado brasileiro às experiências fascistas européias a partir do Estado Novo (1937), especialmente por seu repúdio ao liberalismo político e econômico e sua ênfase nas soluções nacionalistas e corporativistas. A observação mais cuidadosa aponta, porém, para certas especificidades do Estado Novo, ligadas a características da sociedade brasileira. O regime era centralizador, mas não deixava de compor-se com as oligarquias estaduais. Dependia em boa medida do Exército, mas não era uma ditadura militar. Era tendencialmente industrialista, mas não havia um projeto industrializante claro. Essas ambigüidades derivam do fato de que a ação estatal incorporava novos atores sociais sem desalojar necessariamente os antigos. Além disso, a polarização política recortava os vários grupos de interesse, os organismos técnicos do Estado, a burocracia militar, a diplomacia e até mesmo as instâncias

A eclosão da segunda guerra mundial modificou a relação até então mantida entre o Brasil e a Alemanha⁶⁹ e os EUA⁷⁰.

O Brasil alia-se aos Estados Unidos e, em 1942, rompe relações diplomáticas com o Eixo. No mesmo ano, declara guerra ao Eixo⁷¹, enviando para a Europa a Força Expedicionária Brasileira

centrais de decisão, colocando, de um lado, os defensores do comércio compensado e do protecionismo, os nacionalistas e os pró-Alemanha e, de outro lado, os advogados do livre-comércio, da liberdade cambial e tarifária, os pan-americanistas e os pró-Estados Unidos. O processo político no Estado Novo refletia esse empate da luta política, o que conferia a Vargas um extraordinário poder no processo decisório. Ele se tornou o árbitro das disputas que emanavam das instâncias secundárias e mesmo das que ocorriam nas instâncias centrais de decisão. Dois grandes problemas internos, com reflexos inevitáveis sobre as relações exteriores do Brasil, assoberbavam o governo Vargas, especialmente a partir do golpe de 1937: o reequipamento das forças armadas e o reequipamento econômico do País, em especial a questão da grande siderurgia. Também nesses problemas, a política externa se caracterizou até o final da década por uma equidistância pragmática. (...) Foi também a equidistância pragmática que criou as condições políticas para o sucesso dos esforços em torno da criação da grande siderurgia.

⁶⁹Carone (1976,p.92-3) relata que: a Alemanha, a pretexto das pesadas indenizações do Tratado de Versalhes, da falta de cambiais para negociar normalmente, da crise existente depois de 1929, os nazistas insistem num comércio de trocas e não de compras. Aproveitando-se dos grandes estoques não vendáveis existentes entre os países produtores, a Alemanha propõe o sistema de "marco compensado", isto é, um acordo bilateral, em que cada país estipula o que vai vender e o preço da respectiva mercadoria: "o Askimark" difere da moeda bloqueada comum disponível para certos fins para quem queira, em que está à disposição do exportador só para a compra de determinadas mercadorias na Alemanha. A Alemanha podia pagar bons preços em Askimarks, compensando esta generosidade mediante o aumento do preço dos artigos que se pagavam com estas divisas. Na realidade, a Alemanha comprava comumente excedentes latino-americanos, os pagava com Askimarks, e depois vendia essas mercadorias em desesperada competição com os produtores originais... Depois de constituir-se em principal mercado de certos produtos, a Alemanha estava em condições de exercer pressão comercial, para forçar a América Latina a comprar uma extensa variedade de mercadorias". Seitenfus (1985,p.77-8) expõe que a "denominação *aski* deriva de *Auslander Soderkonto fur Inlandszahlungen* o que significa conta especial do estrangeiro para pagamentos internos". Seitenfus sintetiza o "Plano *Schacht*" (presidente do *Reichsbank* e ministro da economia) adotado pela Alemanha Nazista, sustentando que Berlim objetivava o total controle do Estado sobre o comércio exterior através de medidas como "a obrigação para os importadores alemães de obter um certificado de divisas para poder comprar no estrangeiro, e os *contratos-clering* (que são acordos comerciais entre dois países nos quais um pelo menos pratica um controle de câmbio estrito), além do sistema compensatório, com os marcos *aski*". Seitenfus ressalta a esta época, que "toda a importação alemã implica, portanto, uma exportação de igual valor. O mais grave nesse sistema é que a compensação importação-exportação buscada pela Alemanha não se faz globalmente, mas país por país.

⁷⁰ Moura (1982,p. 585) sustenta que no caso dos EUA: as iniciativas político-ideológicas se corporificaram em programas multilaterais e bilaterais de difusão dos "ideais pan-americanos" e da retomada vigorosa das Conferências Pan-Americanas em torno de um objetivo comum: a defesa hemisférica. Os "ideais pan-americanos" constituíam uma resposta à ideologia nacional-socialista, cujas críticas ao liberalismo, capacidade de mobilização das massas e promessa de uma nova ordem lhe permitiram obter grande penetração nas sociedades latino-americanas. O pan-americanismo apelava para a adesão aos ideais republicanos, à lealdade, à democracia como um ideal, à reverência pela liberdade, à aceitação da dignidade do indivíduo e seus direitos pessoais invioláveis, a crença na resolução pacífica das disputas, na soberania dos estados e à justiça sob uma lei internacional. Embora esses valores não correspondessem à prática política interna de muitas nações latino-americanas, apresentavam certas vantagens sobre as expressões ideológicas nacional-socialistas. Enquanto estas últimas se corporificavam em um partido político organizado dentro das nações americanas, isto é, traduziam de forma visível a presença da grande potência estrangeira, o pan-americanismo sublinhava o respeito à soberania nacional e a solidariedade entre as nações. Nesse sentido, o pan-americanismo cumpria à perfeição o papel mediador de ideologia política entre o centro hegemônico e seus aliados potenciais, na medida que transmutava a hegemonia norte-americana em solidariedade e cooperação continentais e permitia à dominação política aparecer como respeito à soberania nacional das repúblicas latino-americanas.

⁷¹ Moura (1982,p.589) relata ainda que: é certo que a declaração de guerra não resultou de uma pressão dos aliados,
Ius Gentium - Curitiba, ano 6, n. 12, p. 28 - 69, jul./dez 2012

(FEB).

A volta dos soldados ao Brasil causa entusiasmo popular e acelera as pressões pela democratização. Vargas renuncia em outubro de 1945⁷², e o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas, vence as eleições e toma posse em janeiro de 1946.

Em setembro de 1946, é promulgada uma nova Constituição, de caráter mais democrático. Nas eleições de 1950, Vargas é eleito presidente. Suicida-se em 1954, e é sucedido por Café Filho. Em 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente, inaugurando Brasília, a nova capital do País. Juscelino é sucedido por Jânio Quadros, que, ainda em 1961, renuncia. Toma posse seu vice, João Goulart, eleito sob a égide presidencialista, mas, para assumir, é obrigado a aceitar o regime parlamentarista⁷³. Goulart governa até 1964⁷⁴, quando é deposto pelas forças

antes nasceu da conjuntura política interna. Ao contrário, os aliados tinham boas razões para não desejar que o Brasil entrasse na guerra: o País já estava fazendo tudo o que os aliados lhe haviam designado em seus planos estratégicos. Além disso, a participação efetiva na guerra criaria demandas adicionais (equipamento, assistência técnica, transporte, logística, etc.) sobre os aliados, demandas que estes não gostariam de suprir. Por outro lado, haveria certas vantagens na declaração de guerra: ela asseguraria uma lealdade mais clara dos chefes militares brasileiros à causa aliada, assim como uma luta mais decidida contra a quinta-coluna: exerceria alguma influência sobre a posição de Portugal no conflito, assim como a da Argentina e do Chile, que ainda não tinham rompido relações diplomáticas com o Eixo. Entre as vantagens e desvantagens da decisão, o governo americano reagiu discretamente, enquanto nos círculos diplomáticos britânicos o desgosto foi evidente.

⁷²Moniz Bandeira (1995,p.56) sustenta que: o golpe militar de 29 de outubro de 1945 não visou a assegurar a restauração da democracia política, àquele tempo já em curso, e sim a evitar sua ampliação social, devido à crescente participação da massa trabalhadora no movimento "queremista" (Queremos Getúlio), promovido por líderes sindicais, trabalhistas e comunistas, em favor da Constituinte com Vargas. Seu objetivo, portanto, não foi defender e sim impedir a mudança qualitativa do "status quo" vigente no Estado Novo. O poder de fato e, depois, de direito, continuou em mãos das Forças Armadas, mais exatamente, dos mesmos generais, como Eurico Dutra e Goes Monteiro, que implantaram, sustentaram e acabaram, quando lhes foi conveniente, a chamada ditadura de Vargas.

⁷³A este respeito, são necessárias algumas considerações. O ato adicional, como passou a ser chamada a Emenda Constitucional n.º 4, de 02 de setembro de 1961, foi aprovado por 288 deputados e 47 senadores contra 55 e 6, respectivamente. Em todas as Constituições republicanas, notadamente de 1934 e 1946, sob a liderança de Raul Pilla (Deputado federal por várias legislaturas, incansável defensor do parlamentarismo. O Congresso Nacional homenageou-o, com a publicação de PILLA, Raul, **Perfis Parlamentares** n.º 16, Brasília, Câmara dos Deputados, 1980), o ideal parlamentarista esteve em pauta, embora rejeitado pela maioria sob o fundamento de que o povo brasileiro não atingira o estágio político-cultural propício a este sistema de governo. Novamente em 1949, em 1952, em 1956 e, finalmente, pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, a 6 de julho de 1961, Raul Pilla apresentou sua proposta de reforma na tentativa de introduzir o governo de Gabinete. Nessa época, muitas opiniões anteriormente contrárias ao parlamentarismo convenceram-se da inviabilidade do sistema presidencial no Brasil e voltaram suas esperanças para o sistema que assegurara anos de paz no Império. Com a renúncia de Jânio Quadros, constitucionalmente João Goulart assumiria a Presidência; este, no entanto se fazia indesejável a muitos setores influentes no sistema do poder, mormente aos ministros militares, representando as forças armadas. Nesta altura dos acontecimentos, convém perguntar-se: Por que o sistema parlamentar se estabeleceu no Império, apesar da Carta de 1824 e assim não se sucedeu na República velha? Carvalho (1933,p.174) nos dá a seguinte resposta: *Não se estabeleceu na República velha porque a Constituição de 1891 trancou todas as portas para aquele sistema: erigiu em norma de governo a irresponsabilidade ministerial, proibiu, como se fosse um crime, o comparecimento dos Ministros no Congresso, separou completamente o Poder Executivo do Legislativo, a ponto de não estabelecer entre eles senão comunicação escrita. A Carta do Império não fazia tão rigorosa e absoluta separação, como se os dois poderes não se pudessem avistar. Ela permitia aos senadores e deputados serem nomeados para o cargo de Ministro de Estado ou Conselheiro, sendo que os senadores continuavam a ter assento no Senado e os deputados deixavam vagos os seus*

armadas.

O golpe de 1964 era um golpe há muito premeditado. Os tambores da conspiração já haviam rufado, ruidosos, em 1954. Os rumores da intriga voltariam a ecoar em 1955 e em 1961. (ROUQUIÉ, 1984, p.327).

E os militares governariam de 1964 a 1985. Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas depõem João Goulart e, em abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello Branco assume a Presidência.

lugares na Câmara e procedia-se a novas eleições nas quais podiam ser reeleitos e acumular as duas funções. Os principais pontos do Ato Adicional podiam, assim, ser sintetizados: O seu art. 1.º definia, em essência, o sistema, ao declarar que o Poder Executivo seria exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal. O Presidente seria eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos e exerceria o cargo por cinco anos. O Conselho de Ministros respondia coletivamente perante a Câmara de Deputados, pela política do Governo e pela administração federal. Seus membros eram nomeados pelo Presidente da República, porém, por indicação do Presidente do Conselho. O Presidente do Conselho, ou Primeiro Ministro, seria indicado pelo Presidente da República à Câmara, que aprovaria ou não a indicação. Só depois de ter aprovado o seu nome, o Primeiro Ministro formaria o gabinete, com o qual se apresentaria à Câmara para dar-lhe a conhecer o programa do governo. Analisando-se o Ato Adicional, observa-se que os atos do Poder Executivo somente teriam validade se referendados pelo Presidente do Conselho (art. 7.º) e o Conselho de Ministros era responsável perante a Câmara de Deputados pela política do Governo (art. 6.º). O comando supremo das forças armadas (art. 3.º, X) era exercido pelo Presidente do Conselho de Ministros. O Presidente do Conselho de Ministros, além da direção geral do Governo, tinha funções específicas: cabia-lhe a iniciativa dos projetos de governo, a direção da política externa, o exercício do poder regulamentar, a decretação do estado de sítio, a decretação e execução da intervenção nos Estados, a remessa da proposta orçamentária e a prestação das contas do Governo. Pelo parlamentarismo clássico, qualquer derrota do gabinete na Câmara pode ser transformada em questão de confiança, com as duas clássicas saídas, ou haverá a mudança de gabinete ou a dissolução do Congresso e convocação de novas eleições. Pelo Ato Adicional, na análise de João Camilo de Oliveira Torres (1962, p. 56) o Presidente da República apresentaria um nome, que deveria receber a aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara, o que se repetiria por mais duas vezes, em caso de insucesso. Não se conseguindo qualquer resultado, o Senado indicaria um quarto nome para primeiro ministro, também por maioria absoluta. Escolhido o primeiro ministro, o gabinete se apresentaria à Câmara, para ser aprovado, agora, porém, seria suficiente a maioria simples dos presentes. O Senado, por sua vez, podia, por maioria absoluta, e no prazo de 48 horas, opor-se à constituição do Conselho de Ministros, sendo permitido sua rejeição pela Câmara dos Deputados em sua primeira sessão. A moção de desconfiança, pela qual se dissolve o gabinete, dependia de um ritual complicado, devendo ser proposta por pelo menos 50 deputados e aprovada por maioria absoluta. Já a moção de confiança, pedida pelo Presidente do Conselho, dependia de maioria simples dos presentes. Se três gabinetes consecutivos fossem derrubados por moções de desconfiança, podia o Presidente da República dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições dentro do prazo de 90 dias. Os ministros não precisavam ser membros do Congresso Nacional e podiam participar das discussões, em quaisquer das Casas. Cada ministro tinha um subsecretário de Estado que respondia pelo expediente dos Ministérios, na fase de transição entre um gabinete e outro. O Presidente do Conselho de Ministros podia ocupar qualquer um dos Ministérios.

⁷⁴ O Ato Adicional n.º 4 foi vigente durante um período de dezessete meses (a isto, Bonavides (2001, p.194) citando Luiz Navarro de Britto, discorre que "no Brasil, é certo, tivemos três Conselhos de Ministros em um ano, durante a vigência do Ato Adicional de 1961. Mas neste período nenhum voto de confiança lhes foi recusado nem tampouco qualquer moção de censura foi aprovada pela Câmara. Os Gabinetes renunciaram, da mesma forma como podiam ser dispensados os Ministros em nossa Terceira República") restabelecendo-se o regime presidencial pela Emenda Constitucional n.º 6, de 23 de janeiro de 1963 (o Primeiro presidente do Conselho de Ministros foi Tancredo Neves, de setembro/61 a junho de 1962; o segundo foi o Gabinete de San Tiago Dantas, sucedido por Auro de Moura Andrade, que não assumiu; após, tem-se Francisco Brochado da Rocha e, finalmente, Hermes Lima).

Ius Gentium - Curitiba, ano 6, n. 12, p. 28 - 69, jul./dez 2012

O novo regime é marcado pela supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar e censura prévia aos meios de comunicação. Em 1965, os partidos políticos existentes são abolidos e cria-se o bipartidarismo.

Em 1967, o Congresso aprova nova Constituição que institucionaliza o regime, com eleições indiretas para a Presidência. O general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castello Branco, assume a chefia do Estado no mesmo ano e, em dezembro de 1968, fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional n.º 5 (AI-5)⁷⁵, que lhe dá poderes para fechar o Parlamento, cassar mandatos e suprimir o *habeas-corpus*.

Em agosto de 1969, com Costa e Silva⁷⁶ doente, assume uma junta militar que promulga uma Emenda Constitucional, que substituiu a Constituição de 1967.

Em 30 de outubro de 1969, assume Emílio Garrastazu Médici⁷⁷, representante da linha dura, e comanda o período de maior repressão, marcado por prisões, torturas, exílios, mortes e o desaparecimento de muitas pessoas.

Em março de 1974, toma posse o general Ernesto Geisel, que enfrenta dificuldades econômicas em razão da crise do petróleo, inflação e dívida externa. Em 1978, é revogado o AI-5.

No ano de 1979, o general João Baptista Figueiredo torna-se presidente. Sanciona a anistia, que liberta presos políticos e permite a volta dos exilados, além de restabelecer o pluripartidarismo.

Em janeiro de 1985, o candidato da oposição Tancredo Neves, que tem como vice José Sarney, anteriormente presidente do partido governista, é eleito pelo Colégio Eleitoral. Eleito, adoece e morre antes da posse. Sarney assume e restabelece a eleição presidencial direta.

Os deputados federais e senadores se reúnem em assembléia Constituinte a partir de 1987 e, em 1988, promulgam a nova Constituição.

Sob a égide da nova Constituição, há, em 1989, as primeiras eleições diretas para a Presidência, desde 1960. É eleito Fernando Collor de Mello, que assinara o Tratado de Assunção e governa até

⁷⁵ Silva (1987, p.128) discorre que: após a edição do AI-5, iniciou-se a caça aos políticos e cidadãos considerados inimigos do regime.

⁷⁶Faleceu em 17 de dezembro de 1969.

⁷⁷Silva (1987, p.130) relata que: foi um ato burocrático a comunicação que a Secretaria da Presidência da República (ocupada pela Junta Militar) fez da escolha do nome do general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, apresentando para vice-presidente da República o nome do almirante Augusto Rademaker Grünewald. Nenhuma reunião política, conclave, convenção partidária, plataforma de governo. A Arena, o partido do governo para apoiar o governo, apoiou passivamente aquelas candidaturas.

dezembro de 1992, quando é forçado a renunciar em razão de um processo de *impeachment*, acusado que fora de corrupção. Seu vice, Itamar Franco assume e completa o mandato. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições presidenciais, e, modificando a Constituição, se reelege em 1998. Fernando Henrique Cardoso é sucedido por Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e este é reeleito em 2006. Em 2010, faz sua sucessora, Dilma Rousseff.

O PARAGUAI E O PRESIDENCIALISMO

Em 1813, o Paraguai torna-se independente da Espanha e de Buenos Aires⁷⁸. Em 1814, José Gaspar Rodríguez Francia⁷⁹ isola o País até a sua morte, em 1840⁸⁰.

Amado Luiz Cervo⁸¹ salienta que, desde a independência da Espanha, o Paraguai sentia-se ameaçado por Buenos Aires, que chegou a invadi-lo em 1811, sem sucesso. Como resultado da vitória, cai o representante do Governo Espanhol Velasco, instala-se o Congresso, já com a

⁷⁸Embora a proclamação formal da independência se tenha dada apenas em 1842, no governo de Carlos Antonio López. Antes disso, a independência paraguaia não fora reconhecida, formalmente, por nenhum outro país, embora o Império Brasileiro mantivesse em Assunção, entre 1824 e 1829, um cônsul, conforme ressalta Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (1998, p.169).

⁷⁹Com o título de Ditador Perpétuo, a partir de 1815. Francia havia se afastado da Junta que governava o Paraguai, e, a pedido dos demais integrantes, Fulgencio Yegros e Pedro Juan Cavallero, retorna ao poder. Chaves (1998, p.134) salienta que *iba adquiriendo empuje en todo el país el movimiento pro-vuelta al gobierno del doctor Francia. No había surgido en la Junta el gobernante capaz de sustituirle. El gobierno tenía que afrontar serios problemas financieros, políticos e internacionales. Faltaba una dirección centrada; los oficiales del cuartel intervenían con frecuencia en asuntos ajenos a su competencia. El doctor Francia desde Ibará no había cesado su campaña de autopropaganda y de descrédito de sus antiguos compañeros de gobierno, ni dejado de exaltar las bajas pasiones de la plebe. Fue decisiva también en la crisis la falta de ambición de Fulgencio Yegros y de Pedro Juan Cavallero. Ambos pidieron al ausente que retornase. En acta del 16 de noviembre de 1812 declararon que en servicio de la patria resolvían ejercer la jurisdicción de gobierno “unidamente” con el vocal-decano doctor Francia quien desde la fecha, quedaba reunido a la Junta. Mas no volvió solo e indefenso, creó un segundo batallón de infantería, del cual será comandante “el mencionado Vocal Decano Doctor Francia. Él correrá con su arreglo, disciplina y régimen, y sin su consentimiento no se podrá disponer, dar destino, ni disolver el batallón. Recibía también “la mitad de las municiones existentes en los parques o almacenes”. A mediados de 1813 fue separado de su cargo de vocal de la Junta, Fernando de la Mora. El doctor Francia le acusó de la pérdida del documento con el artículo adicional al tratado del 12 de octubre y de llevar una conducta poco digna en la vida privada. Aunque el documento extraviado fue encontrado más tarde, la separación se hizo efectivada. Francia quedó desde entonces libre de todo rival en el gobierno.*

⁸⁰Segundo Doratioto (1998, p.175), o isolamento paraguaio implicou o estabelecimento de um tipo de economia no qual o Estado tornou-se regulador de todas as atividades econômicas e detentor do monopólio do comércio da erva-mate, da madeira e do tabaco. Ao confiscar terras da elite tradicional, principalmente da fração composta por espanhóis, o poder econômico do Estado paraguaio fortaleceu-se. Nessas terras, organizaram-se as *Estancias de la Patria*, alugadas ou exploradas pelo próprio Estado, que se utilizava também de mão-de-obra escrava ou de prisioneiros.

⁸¹Doratioto (1998, p. 90-91).

influência de Francia, que passa a governar o Paraguai, com uma Junta e, dissolvida esta, em 1814, é eleito "Presidente e Dictador Supremo de la República", por cinco anos. Em 1815, é feito pelo Congresso, Ditador Perpétuo da República pelo resto de sua vida.

Para suceder Francia é constituída uma Junta Provisória, presidida por Manuel Antonio Ortíz, substituída, em seguida por um Triunvirato com mandato expreso para convocar uma assembléia constituinte. Essa Junta foi deposta por um movimento militar, comandado por Mariano Roque Alonso, militar, com a colaboração de Carlos Antonio Lopez. Mas a convocação da assembléia foi mantida⁸².

A esse tempo, em 1842, Rosas pretendia anexar a Província do Paraguai à Confederação Argentina⁸³. Para fazer frente a isso, o Governo convoca um Congresso extraordinário para renovar e ratificar a independência do Paraguai⁸⁴. A Bolívia é o primeiro país a reconhecer, formalmente o Paraguai, seguido do Chile e, em 1844, pelo Brasil e em 1845, pelo Uruguai e, a Confederação Argentina, somente no governo de Urquiza⁸⁵, em 1852.

⁸² Chaves (1998, p.160/61) discorre que: *se aproximaba la fecha de la reunión del congreso. Los franciscas sostenían la candidatura del antiguo delegado de Misiones, Norberto Ortellado. López y sus amigos trabajan intensamente por la formación de un Consulado. El congreso se reunió en el templo de San Francisco. Al iniciarse la sesión el diputado por Barrero Grande y prócer de Mayo, Juan Bautista Rivarola, pidió se diese fin al personalismo y se dictase una constitución cuyo proyecto presentó. Carlos Antonio López desde la presidencia de la asamblea se opuso manifestando que no era el momento apropiado y que lo que este país necesitaba era un poder fuerte. Al mismo tiempo el batallón que prestaba guardia de honor comenzó a hacer evoluciones alarmantes, por lo cual Rivarola y sus partidarios tuvieron que ceder. Las principales resoluciones fueron: nombramiento como Cónsules de la República de los ciudadanos Carlos Antonio López y Mariano Roque Alonso por el término de tres años con facultades para ejercer los poderes Ejecutivo y Judicial y la comandancia general de armas.*

⁸³Chaves (1998, p.162), sobre este fato, salienta que: *en octubre de 1842, llegó a la capital por vía Uruguay-Misiones, Jorge Robert Gordon, enviado confidencial de la reina de Inglaterra. Hizo el largo rodeo por haberle negado Rosas autorización para pasar por territorio argentino a "la Provincia del Paraguay". No tuvo buenas acogidas por su carácter particular y no oficial; aplicó además por primera vez sin autorización gubernativa la vacuna en el país. Los Cónsules le dieron perentorio plazo para abandonar el territorio nacional. Contó Gordon en una de sus conversaciones que Rosas le había expresado que "el Paraguay deseaba incorporarse a la Confederación". Los Cónsules resolvieron convocar un congreso extraordinario para "renovar y ratificar" de modo solemne la declaración de la independencia.*

⁸⁴ Chaves (1998, p.163) relata que: *el congreso se reunió en el templo de la Encarnación y fue presidido por López que leyó el discurso del gobierno requiriendo una declaración solemne y enfática de la independencia. El congreso consideró que "la emancipación e independencia es un hecho solemne e incontestable en el espacio de treinta años; que durante estos largos años se segregó con esfuerzos de la metrópoli española y se separó de hecho de todo poder extraño, queriendo desde entonces "pertener a sí misma". Por esas consideraciones la asamblea declaró que: Primero: La República del Paraguay en el de la Plata es para siempre de hecho y derecho una nación libre e independiente de todo poder extraño. Segundo: Nunca jamás será el patrimonio de una persona o familia. Estableció asimismo la obligatoriedad del juramento para gobernantes, empleados y militares de defender la integridad e independencia de la patria.*

⁸⁵ Resquin (1996) argui que: *en 1852, el director provisorio de la Confederación Argentina, general don Justo José de Urquiza, despachó cerca del gobierno paraguayo un enviado especial, con suficientes poderes para la resolución de todas las cuestiones pendientes entre ambos Estados. En tal virtud, el 15 de Julio de 1852, se ajustó, concluyó y firmó con dicho enviado especial argentino doctor don Santiago Derqui, un tratado de límites, navegación y comercio, que dejaba resueltas las tres más graves cuestiones que entre los dos países había. En ese tratado se reconocía que el Paraguay es una nación soberana e independiente de todo poder extraño, y se fijaban los límites, declarándose que la navegación de*

Carlos Antonio López é designado Presidente⁸⁶, pelo Congresso paraguaio em 1844, que inicia uma política de desenvolvimento industrial autônomo, destacando-se a construção da primeira ferrovia sul-americana.

Em 1862, Francisco Solano López⁸⁷, filho de Carlos, assume o poder e desenvolve uma estratégia baseada essencialmente nas exportações de produtos primários para o mercado regional e mundial, viabilizado com a liberdade de navegação existente no Prata, a partir da década de 1850.

Solano López passa a atuar mais nas questões do Prata, nos assuntos uruguaios e aproximando-se com a oposição federalista argentina, colocando Assunção em rota de colisão com a Argentina e o Brasil, ao apoiar os blancos no Uruguai⁸⁸.

los ríos Paraguay, Paraná y sus afluentes, sería libre para el pabellón paraguayo y para el argentino. Además, por medio de aquel tratado, el gobierno del Paraguay cedía al de la Confederación Argentina el territorio que desde tiempo inmemorial tenía sobre la izquierda del río Paraná, en la frontera Sur de la República. Esta cesión fue compensada con el reconocimiento de que el río Paraguay pertenece de costa a costa, con perfecta soberanía, a esta nación, hasta su confluencia en el río Paraná.

⁸⁶Doratioto (1998, p.185-6) sustenta que se no plano político interno, o governo de Carlos López representou uma continuidade da autocracia de França, nas relações exteriores o Paraguai passou a participar dos acontecimentos platinos e, já em julho de 1841, assinou com a província argentina de Corrientes, sublevada contra Rosas, dois Tratados, um de Amizade, Comércio e Navegação e, outro, de Limites. (...) Carlos López procurou romper o isolamento do País e, para tanto, o Congresso paraguaio, com o fim de obter o reconhecimento das demais nações, proclamou solenemente a independência do Paraguai em 1842. A mudança da política externa guarani atendia principalmente à necessidade de dinamizar a economia.(...) A ampliação do contato exterior do Paraguai encontrava obstáculo em Rosas, que se recusava a reconhecer sua independência e dificultava o comércio guarani com o exterior, ao controlar a navegação do rio Paraná. O líder da Confederação foi poderoso motivo para a aproximação entre o Império do Brasil e o Paraguai, ao representar ameaça para ambos.

⁸⁷Doratioto (1998, p.199-200) sustenta que: Solano López recebeu um país para governar que não registrava dissensões internas (os opositores à ditadura tinham sido exilados, presos ou mortos), e que passava pela modernização de atividades ligadas basicamente à defesa, graças à importação de tecnologia e técnicos estrangeiros, principalmente britânicos. O financiamento da continuidade dessa modernização demandava a ampliação das exportações paraguaias. O Paraguai tinha uma área de litígio com o Brasil (área entre os rios Branco e Apa, no Mato Grosso), e este território litigioso adquiriu maior valor para Assunção, por ser área de produção de erva-mate, um dos produtos paraguaios de maior exportação. O preço da erva-mate estava deprimido e o Paraguai, para conseguir recursos monetários adicionais, teria que ampliar sua venda, à custa do produto brasileiro largamente consumido na região platina. Tal quadro levou o Paraguai a projetar-se cada vez mais para fora de suas fronteiras e a imiscuir-se nas contendas da Bacia do Prata. Era necessário uma saída segura para o mar, que parecia ser o porto de Montevideú.

⁸⁸Blancos e colorados estavam em guerra no Uruguai, Venâncio Flores, colorado, apoiado pelo Brasil e por Mitre, da Argentina, e os blancos, inicialmente com Bernardo Berro e depois com o Presidente Aguirre, que buscou ajuda política e militar de Assunção. Aguirre rompe, em 1864, relações diplomáticas com o Brasil, pelo apoio que este dava aos colorados e o governo de Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império, sendo este considerado atentatório contra o equilíbrio dos Estados do Prata e que Assunção não assumia a responsabilidade pelas consequências de qualquer ato de represália brasileiro. O Brasil invade o Uruguai em 12 de setembro de 1864, em apoio a Flores. Em 10 de novembro, o vapor brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado por canhoneira paraguaia e a 24 de dezembro, as tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso. Começava a guerra. E ao invadir Corrientes para atacar o Rio Grande do Sul, joga a Argentina a favor do Brasil. Em 1º

Em 1865, com o objetivo de ganhar território e conquistar uma saída para o mar, o Paraguai entra em guerra com o Brasil, a Argentina e o Uruguai e é derrotado⁸⁹.

Salvador Jovellanos⁹⁰ torna-se o presidente paraguaio, sendo sucedido Juan Bautista Gill, ambos com o apoio brasileiro; a partir dessa data, é a influência argentina que se faz sentir⁹¹. Entre 1870 e 1932, colorados (conservadores) e liberais alternam-se no poder.

Durante a presidência do liberal Eduardo Schaerer, entre 1912 e 1916, o país atrai investimentos estrangeiros e obtém razoável nível de crescimento econômico. Na Guerra do Chaco (1932-35), travada contra a Bolívia, o Paraguai conquista três quartos do território em disputa, rico em petróleo.

Em 1936, um grupo de oficiais radicais liderados por Rafael Franco dá início à Revolução Febrerista. No poder, Franco realiza a reforma agrária e nacionaliza parte da economia, mas é derrubado pelos liberais em 1937. Em 1939, as eleições levam à Presidência o general José Félix Estigarribia. Ele morre em um acidente aéreo em 1940 e é substituído pelo general Higinio Moríñigo. (ROUQUIÉ, 1984, pp. 214-215).

Após a deposição de Moríñigo em 1948, golpes e contragolpes sucedem-se até 1954, quando o

de maio de 1865, é assinado o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires.

⁸⁹ Doratioto (1998, p.208), sustenta que: Solano López desencadeou a guerra contra o Brasil e, em seguida, contra a Argentina, devido a uma percepção errônea do poderio nacional paraguaio. Erro esse compreensível em uma cultura política como a paraguaia, ditatorial e isolacionista. O Paraguai sequer possuía um serviço exterior, carecendo, portanto, aquele governante de informações estratégicas, que reduzissem os riscos de implementar uma política ativa para o Prata. Nessa região, centro nevrálgico dos seus interesses, Assunção não dispunha de representantes diplomáticos, contando apenas com um cônsul na cidade de Paraná e agentes comerciais em Buenos Aires e Montevideú. Na elaboração da política externa paraguaia, faltava um processo decisório que ponderasse fatores e conseqüências da ação militar paraguaia no Prata. Governante ditatorial, Solano López não era coadjuvado por instituições estatais ao tomar decisões, quer internas, quer externas, exercendo o poder de uma forma unipessoal.

⁹⁰ Doratioto (1998, p.218) relata que: em fevereiro de 1872, os representantes do Paraguai e do Brasil, assinam um Tratado de Paz; de Limites; de Extradicação e de Amizade, Comércio e Navegação. Neles, ficou estabelecido o pagamento da dívida de guerra pelo Paraguai; a continuidade das tropas brasileiras em território guarani pelo prazo que o Rio de Janeiro julgasse necessário para a manutenção da ordem e do cumprimento dos tratados; o respeito perpétuo, pelo Brasil, da independência, soberania e integridade paraguaias e o compromisso de garanti-las por cinco anos. Inviabilizou-se, a partir de então, uma ação militar da Argentina para garantir a posse do Chaco, uma vez que essa iniciativa significaria ato hostil ao Império. O Uruguai o fez em 1873 e a Argentina em fevereiro de 1876. Neste tratado, decidiu-se que as forças de ocupação se retirariam do Paraguai até 3 de junho do mesmo ano, como de fato aconteceu.

⁹¹ Fausto e Devoto (2004, p.121) reforça isso ao sustentar que *após o conflito, o Paraguai foi um protetorado brasileiro de fato até 1876, e a influência política deste predominou até os primeiros anos do século XX. Mas, a partir daí, instalou-se a hegemonia econômica e política da Argentina, por várias razões. Além dos laços históricos, culturais e comerciais (o Paraguai sempre dependeu do eixo rio-platense para seu comércio exterior, antes e depois da guerra) e da menor distância entre os respectivos centros de poder, o ressentimento paraguaio era menor para com a Argentina, menos envolvida no extermínio e na devastação do país, o que compensava ou contrabalançava a influência política direta do Brasil. De fato, o Paraguai continuou orbitando na esfera rio-platense de forma bem mais acentuada que a vitória militar e a ocupação inicial brasileiras fariam supor.*

comandante do Exército, general Alfredo Stroessner derruba o presidente Frederico Chávez e instala um regime ditatorial⁹². As rebeliões oposicionistas de 1959 e 1964 são esmagadas. A partir de 1968 há participação limitada da oposição nas eleições.

O governo Stroessner⁹³ é marcado pelo domínio do Partido Colorado⁹⁴ sobre o Estado, pela corrupção institucionalizada e pela repressão aos oposicionistas.

Em função dessa repressão, há esfriamento nas relações com os EUA em 1980. A partir de 1983, antigos exilados começam a retornar ao Paraguai. Em 1987, Domingo Laíno volta para liderar a frente de oposição Acordo Nacional.

Em fevereiro de 1989, Stroessner⁹⁵ é deposto por um golpe militar e asila-se no Brasil. O líder do golpe é o comandante do Exército general Andrés Rodríguez, eleito presidente em maio do mesmo ano. Ele deixa o poder em 1993, sucedido pelo empresário, também pertencente ao partido colorado, Juan Carlos Wasmosy que governa sem a maioria no Senado e na Câmara.

Com a aprovação da lei proibindo manifestações políticas dos militares, há a desavença entre o governo e o comandante do Exército general Lino Oviedo, este, após tentar tomar o poder, é preso e condenado. Lino Oviedo é vitorioso na escolha pelo partido colorado a presidente, mas, tornado inelegível por sentença da Corte Suprema, é substituído por Raúl Cubas, que liberta Oviedo à revelia da Corte Suprema.

O vice-presidente eleito, Luis Maria Argaña, rival de Oviedo, é morto. Cubas, aliado de Oviedo é forçado a renunciar. Assume a presidência Luis González Macchi, presidente do Congresso. Em maio de 2000, militares rebeldes e policiais sublevam-se, mas o golpe fracassa.

Os partidários de Oviedo ajudam o oposicionista Júlio César Franco do PLRA (liberal) a

⁹² Moraes (2000, p. 48) salienta que consumado o golpe, Stroessner – senhor da situação – não assumiu imediatamente o comando do governo. Provavelmente para dissimular seus verdadeiros objetivos e angariar simpatias e apoio civil, entregou a solução da crise institucional, por ele gerada, à Junta de Governo do Partido Colorado, que rapidamente indicou Romero Pereira para presidente provisório, marcou a eleição presidencial para o dia 12 de julho e indicou Stroessner como candidato do partido. Dessa forma, ele assumiu o poder como presidente eleito e não como usurpador.

⁹³Rouquié (1984, p.215-16).

⁹⁴Jará Goiris (2000, p.114-115) analisa que havia duas facções governistas, ambas do Partido Colorado, os chamados “tradicionalistas” e os “militantes”, ou “duros”, e é a disputa do poder entre estes, a partir da convenção do partido Colorado em 1987, e que vai culminar com o golpe palaciano. E, também Paredes (2005, p. 12) reforça: *La convención colorada del 1º de agosto de 1987 señaló el comienzo del fin del stronismo. En esa ocasión, la corriente denominada “militante combatiente y stronista hasta las últimas consecuencias”, encabezada por Sabino Augusto Montanaro, Mario Abdo Benítez, J. Eugenio Jacques y Adán Godoy Jiménez – el “cuatrinomio de oro” -, se tornó no simplemente hegemónica en la conducción del Partido Colorado, sino excluyente, pues las demás tendencias internas de peso: “tradicionalistas” y “éticos”, quedaron fuera de la administración partidaria.*

⁹⁵ Sobre a ditadura de Stroessner ver MORAES, Ceres, **Paraguai – A consolidação da ditadura de Stroessner – 1954/63**, Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000. Sobre a história do Paraguai ver CHAVES, Julio César, **Compendio de Historia Paraguaya**, Cerro Corá y Tacuary, 1994.

derrotar nas urnas o candidato colorado, para o cargo de vice-presidente. Eleito pelo voto direto, Franco passa a afirmar que tem mais legitimidade que Macchi, que assumiu a Presidência sem ter sido eleito. Luís González Macchi, presidente do Congresso que enfrenta e sobrevive a um pedido de impeachment. Macchi é sucedido em 2003 por Nicanor Duarte. Em 2008, é eleito Fernando Lugo, um ex-bispo que havia renunciado ao sacerdócio dois anos antes. Lugo é eleito por uma coalizão de partidos em um espectro ideológico da esquerda à extrema direita e põe fim a décadas de domínio do Partido Colorado.

O URUGUAI E O PRESIDENCIALISMO

O Uruguai fazia parte do Vice-Reinado do Prata em 1776. Entre 1810 e 1814, José Gervasio Artigas lidera uma insurreição armada e domina Montevidéu, que seria a sede da Federação do Prata. Mas Buenos Aires envia reforços contra Artigas, que é derrotado em 1816.

Em 1817, o Uruguai é ocupado por forças luso-brasileiras, sendo anexado ao Brasil em 1821, sob o nome de província Cisplatina. Em 1825⁹⁶, um grupo de patriotas conhecidos como os "33 orientais", liderados por Juan Antonio Lavalleja, proclama a independência uruguaia e reúne tropas que, com a ajuda da Argentina, expulsam os brasileiros, em 1827. Com apoio da Inglaterra, o Uruguai ratifica, em 1828, sua independência do Brasil e da Argentina, pelo Tratado do Rio de Janeiro⁹⁷.

O crescente antagonismo entre colorados (liberais, liderados por Fructuoso Rivera) e blancos (conservadores, chefiados por Manuel Oribe) provoca uma guerra civil entre 1839 e 1852⁹⁸. Inglaterra e França intervêm a favor dos colorados e a Argentina, dos blancos. O caudilho argentino Juan Manuel Rosas ordena a invasão do país, mas ele é deposto em 1852 e os invasores se retiram. Em fins de 1851, realizaram-se eleições para o Congresso uruguaio que, por

⁹⁶Abella (2000, p. 111) ilustra esta passagem salientando: *el año de 1825 es crucial. El 19 de abril, el escenario principal es una pequeña playa arenosa en la margen oriental del Río Uruguay. (...) Desde suelo argentino llegan a esa playa, en silenciosos lanchones, un puñado de hombres armados. Después la historia los llamaría "los Treinta y Tres". Los argentinos han financiado esta Cruzada Libertadora con rara unanimidad, y entre ellos los federales han puesto como jefe al oriental Juan Antonio Lavalleja.*

⁹⁷Segundo Arteaga (2000, p.66) el Uruguay nació a la vida independiente con una debilidad demográfica congénita. Tenía sólo 74.000 habitantes para sus casi 178.000 kilómetros cuadrados.

⁹⁸Rouquié (1984, p.276) argui que no Uruguai: o sistema partidário, que constitui a chave de ouro da vida nacional e remonta à criação do país, divide os cidadãos, quase que hereditariamente, em dois partidos: blanco e colorado. Os partidos são verdadeiras comunidades, durante muito tempo em guerra uma contra a outra, nas quais a identificação partidária é muito forte. Isso porque a pessoa não se torna, mas nasce blanco ou colorado, e essas "pátrias subjetivas", que são as duas grandes famílias e principalmente o partido colorado urbano, desempenharam um papel essencial na assimilação dos imigrantes europeus do fim do século XIX até a crise dos anos trinta.

sua vez, elegeu o Presidente da República, o blanco Juan Francisco Giró, mas a luta prossegue⁹⁹.

O Brasil intervém, em 1854, a favor dos colorados, retirando-se em 1855. Em 1864, o Brasil intervém no Uruguai para apoiar o caudilho colorado Venâncio Flores, que invadira o Uruguai em abril de 1863, em sua luta contra os blancos, estes pedem auxílio a Solano López¹⁰⁰. Em contrapartida, o Uruguai participa, entre 1865 e 1870, da aliança com o Brasil e Argentina na Guerra do Paraguai.

Entre 1870 a 1900, há um acelerado crescimento econômico, com grandes investimentos britânicos na região¹⁰¹. O Estado se enriquece adotando um modelo exportador agropecuário e um centralismo político¹⁰².

Em 1904, os blancos se revoltam contra o presidente colorado José Batlle y Ordóñez (de 1903 a 1907 e de 1911 a 1915)¹⁰³, mas ele controla a situação, nacionaliza os serviços públicos e algumas indústrias e cria o primeiro sistema de previdência social na América Latina¹⁰⁴. Em 1913, Batlle

⁹⁹ A Guerra Grande. Caetano e Rilla (2006, p. 65) sustenta que: *fue solo a partir de la Guerra Grande y de su hondo impacto comarcal que se produjo la primera definición del contenido de las divisas. Blancos y colorados se dividieron entonces ante el desafío de algunos de los principales dilemas del conflicto regional: desde la definición de fronteras a la confrontación en torno a los modelos modernizadores más aptos para el primer desarrollo autónomo de estas regiones, pasando por la controversia armada en torno a la adscripción territorial de las hegemonías caudillescas y sus séquitos.(...) podría señalarse que “lo colorado” comenzó desde entonces a ser sinónimo de: una relación privilegiada con el poder institucionalizado como instancia de construcción sociopolítica; un estilo de “hacer política” más contractual; la defensa de un modelo modernizador básicamente imitativo, en el que se partía del reconocimiento del “afuera” – principalmente Europa – como “imagen constitutiva” y “mirada constituyente”; la adscripción por último a una identidad más ciudadana e inmigrante. Por su parte, en una perspectiva analítica similar, “lo blanco” podría identificarse desde entonces con: la desconfianza frente al poder institucionalizado y una mayor adhesión al “llano como ámbito desde donde hacer la política”; un estilo político más agonial y romántico; la defensa de un modelo modernizador más selectivo y autorregulado, proclive a la afirmación de fronteras sólidas entre el “adentro” y el “afuera”; la asociación privilegiada con el mundo rural y sus símbolos, de índole más localista que cosmopolita.*

¹⁰⁰ Doratioto (1998, p.203) discorre que: o governo blanco uruguaio não se deixou intimidar e responsabilizou o Brasil e a Argentina pela guerra civil, por terem os dois países dado a organização de tropas hostis a Montevideu em seus respectivos territórios. O presidente Aguirre, blanco, buscou ajuda de Assunção, afirmando a Solano López pretender o Brasil anexar uma porção do território uruguaio e a Argentina o que sobrasse, ou, então, o controle do governo oriental.

¹⁰¹ Caetano e Rilla (2006, p. 94) sustenta que: *en 1875 las inversiones británicas en el Uruguay se aproximaban a los diez millones de libras esterlinas; en la década del ochenta, a los veinticinco millones, y a cuarenta millones hacia 1900. Las inversiones inglesas en el Uruguay eran mayores que las realizadas en África Occidental, y el país estaba unido a Inglaterra por la más alta deuda per cápita de toda América del Sur.*

¹⁰² Caetano e Rilla (2006, p.96), argui que: *las tribulaciones políticas desencadenadas entre 1873 y 1876, expresión entre otras cosas de un vacío de poder, resultaron finalmente la ocasión propicia para la implantación de un modelo político autoritario con el sustento del Ejército, el apoyo de los empresarios y tal vez cierta aquiescencia del pueblo y sus principales, aunque menoscabados, caudillos partidarios.*

¹⁰³ Arteaga (2000, p.143) lembra que: *ser batllista en esos años era ser progresista, avanzado, que defendía al obrero y atacaba el latifundio tradicional, partidario del estatismo económico y de las nacionalizaciones con la intención de que las utilidades favorecieran a los ciudadanos del país. Ser batllista implicaba también enviar a los hijos a la escuela pública y laica, casarse por lo civil y rechazar el matrimonio religioso y aceptar la liberación de la mujer favoreciendo su acceso a los estudios secundarios y universitarios.*

¹⁰⁴ Caetano e Rilla (2006, p.114) afirma que: *en el plano económico y social, el impulso batllista promovió cambios de importancia en las relaciones entre el Estado y la economía, en el proceso de industrialización, en*
Ius Gentium - Curitiba, ano 6, n. 12, p. 28 - 69, jul./dez 2012

propõe, para as eleições seguintes, uma nova Constituição, apresentando um projeto em que visava substituir o sistema presidencialista por um sistema colegiado¹⁰⁵. A reação a esta proposta divide e cinde o Partido Colorado¹⁰⁶ que estava no poder.

Em 1916, adotando-se o voto secreto, são realizadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, e, com a ajuda dos dissidentes a oposição triunfa¹⁰⁷ na Assembléia, com isso o Governo transige e os dissidentes colorados refluem. Para superar o impasse é criada uma Comissão composta por quatro Blancos e quatro batllistas e com base no projeto dessa Comissão, submetida à aprovação da Assembléia e aprovado por plebiscito é promulgada a Constituição de 1919¹⁰⁸. O sistema resultante da Constituição funciona normalmente até o golpe de Estado de 1933.

Batlle é sucedido por Feliciano Vieira (1915-1919) e este é, por sua vez, sucedido por Baltasar Brum (1919-1923), José Serrato (1923-1927), e, este, pelo riverista Juan Campisteguy (1927-1931). Durante o governo deste, a crise mundial de 1929 atinge fortemente o Uruguai e, em meio a crise, assume Gabriel Terra, em 1931, com partidos políticos fracionados. Terra defendia a eliminação da dualidade existente no poder executivo em favor do sistema parlamentarista, mas enfrenta a oposição dos batllistas. Forma então uma coalizão informal com a dissidência do partido Blanco, o

las políticas agropecuarias y fiscales, en las políticas sociales y en la legislación laboral, entre otros. La estrategia de estatización y de nacionalización suponía integrar al dominio industrial, comercial y financiero del Estado algunas áreas consideradas como servicios públicos o de carácter relevante y estratégico. Ello podía requerir la eliminación o el relevo del capital privado, ya fuera éste extranjero o nacional, pero reportaría ganancias al Estado mismo (si las empresas eran eficientes) y lograría extender los servicios y abaratar su costo.

¹⁰⁵ Arteaga (2000, p.143/4) comenta que: en marzo de 1913, Batlle se abocó a la gran reforma política al dar a conocer en sus "Apuntes" su propuesta colegialista, que en esencia proponía sustituir al presidente de la República por una Junta Nacional de Gobierno integrada por nueve miembros. Dos de ellos serían elegidos por el poder legislativo y los siete restantes directamente por el pueblo. Los primeros durarían seis años en su mandato y los segundos siete. Éstos se renovarían a razón de uno por año.

¹⁰⁶ Liderados por Pedro Manini Ríos se declaran anti-colegialistas e formam o Partido Colorado Fructuoso Rivera, passando a ser conhecidos como "riveristas".

¹⁰⁷ Os Blancos do Partido Nacional elegeam 105 constituintes, seguidos por 87 do Partido Colorado Batllista, 22 para os dissidentes Colorado Riverista, 2 para os socialistas e 2 para o civismo. Arteaga (2000, p. 148) salienta que: la derrota del 30 de julio de 1916 fue no sólo la derrota del proyecto colegiado, sino también la derrota del reformismo radical, provocada por el fin de la prosperidad que había vivido la República entre 1905 y 1912. Frente al adverso resultado, el presidente Vieira hizo pública su voluntad de cambiar de política, hacer un "alto" en la legislación social y económica y frenar el reformismo, que había alarmado a tantos y dividido al Partido Colorado. Era un llamado a la unificación del Partido, a la conciliación del capital y el obrero, al realismo político. Ése fue el espíritu del llamado "alto" de Viera y el fin del reformismo.

¹⁰⁸ A Constituição de 1919, apesar de formalmente presidencialista, é híbrida em sua estrutura e implicou em um compromisso entre os adeptos do sistema colegial e do sistema presidencialista. Arteaga (2000, p.150) discorre que: la composición del poder ejecutivo era bicéfalo. Estaba integrado por el presidente de la República, que era elegido directamente por el pueblo, duraba cuatro años en sus funciones, y de él dependían los ministerios de Relaciones Exteriores, Interior y Guerra, y el Consejo Nacional de Administración. Ese órgano novedoso estaba integrado por nueve miembros, elegidos directamente por el voto popular y renovables en su tercera parte cada dos años. En cada elección correspondía elegir tres consejeros, dos por la mayoría y uno por la minoría. Duraban seis años en sus funciones. De este Consejo dependían los ministerios de Hacienda, Industrias, Trabajo y Comercio, Justicia e Instrucción Pública y Obras Públicas.

Partido Nacional Independente, liderado por Luis Alberto de Herrera e com riveristas, tradicionais inimigos do sistema colegial, e promove um Golpe de Estado, em 1933¹⁰⁹, suspendendo a Constituição de 1919.

Em 1934 é aprovada nova Constituição¹¹⁰, sendo eleito, pela Assembléa Constituinte, Gabriel Terra, presidente da República pelo período de 1934-1938. Gabriel Terra é sucedido por seu cunhado o General Alfredo Baldomir, que rompe com os terristas e herreristas. Em 1942, Baldomir realiza um golpe de Estado, dissolvendo o parlamento e assumindo a totalidade dos poderes e se afasta em 1943, depois de aprovar, em 1942, nova Constituição¹¹¹. Baldomir é sucedido por Juan J. Amézaga (1943-1947), com um retorno às idéias batllistas¹¹² e este é sucedido por Tomás Berreta, que falece seis meses depois e é sucedido por seu vice-presidente Luis Batlle Berres (1947-1951), sobrinho de

¹⁰⁹ Caetano e Rilla (2006, p.216) salientam que a: *llamada “concordancia dictatorial” encontraba su conductor. Se trataba de una relación de mutua convivencia en la que Terra sabía muy bien qué fibras debía tocar para renovar periódicamente la convergencia de fuerzas tras su nombre. Las ideas convocantes serían simples y efectivas: la reforma constitucional para terminar con la “irresponsabilidad gubernamental”, el peligro de la “agitación” comunista estimulada desde afuera; un gobierno “ágil” y “barato” que sustituyera la “politiquería”.*

¹¹⁰ Arteaga (2000, p.184/5) resalta que a Constituição de 1934 manteve o Estado na forma republicana, laica, democrática e representativa e: *cuanto al gobierno, la Constitución estableció un régimen parlamentario atenuado, y el poder ejecutivo se atribuyó al presidente de la República y sus ministros. El Consejo de Ministros se integró con nueve miembros designados por el presidente, quien debía elegir por lo menos a tres ministros del partido que siguiera en número de votos al ganador. En otras palabras, se establecía la coparticipación en el gabinete, garantizando tres cargos para el Partido Nacional. El poder legislativo mantuvo el sistema bicameral, pero sufrió modificaciones importantes en la composición del Senado. Éste constaría de 30 miembros y sería presidido por el vicepresidente de la República. No se integraba por el principio de la representación proporcional, como la Cámara de Diputados, sino que 15 senadores se elegían del partido más votado, y los otros 15, de la lista más votada dentro del lema de la minoría mayor. Quedaron excluidas las otras minorías.*

¹¹¹ Segundo Arteaga (2000, p.192/3), ela mantinha, em linhas gerais, a Constituição de 1934, mas altera a base política em que esta se assentava: *Los senadores volvieron a ser elegidos por el sistema de representación proporcional integrada eliminando la cuota fija determinada en el Senado del “15 y 15”. En el poder ejecutivo se suprimió la coparticipación obligatoria en el gabinete, que otorgaba tres carteras a la minoría mayor. Para los defensores de la Constitución de 1934, esta coparticipación se basaba en la realidad histórica y política del país y sustituía las posiciones perdidas por el segundo partido al desaparecer el Consejo Nacional vigente entre 1919 y 1933. En cambio, el proyecto de 1942 establecía que el presidente de la República designaba a los ministros, liberado de cuotas fijas, entre las personas que contaran con respaldo parlamentario. Los cargos de los directorios de los entes autónomos y servicios descentralizados eran designados por el poder ejecutivo en el Consejo de Ministros, con la venia del Senado. Aquí también se eliminó el sistema de coparticipación.*

¹¹² Caetano e Rilla (2006, p.241) ressaltam, contudo: *la diferencia notoria de contextos históricos (en los años cincuenta se había completado el cambio de hegemonías en el mundo capitalista y la inserción internacional del país ya no podía ser la misma que a comienzos de siglo; el sistema político democrático y la propia estructura social se encontraban configurados de modo mucho más consistente y sus condicionamientos ya no eran los de aquellos “tiempos de formación” del 900; el debate ideológico se desarrollaba bajo otras coordenadas), un rápido vistazo comparativo entre el batllismo originario y su nueva versión ofrece réditos interpretativos. Las semejanzas en el discurso eran múltiples: la afirmación liberal con una proyección social y en algún caso moderadamente socializante; la promoción de un Estado reformista, que no sustituyera la iniciativa privada pero que permitiera “dirigir” la articulación armónica de los intereses del capital y del trabajo; la invocación del rol anticipatorio de las políticas públicas, con el fin de garantizar las estrategias de concertación social y prevenir la eventualidad de cualquier “desorden revolucionario”; la promoción de la industrialización como clave del desarrollo económico y de la redistribución más justa de los ingresos; la ratificación del alineamiento panamericanista.*

Batlle y Ordóñez., Betlle. Este é sucedido por Andrés Martínez Trueba. Trueba apresenta e consegue fazer aprovar uma nova Constituição em 1952, que adotava um regime de Colegiado Integral¹¹³ na organização do Poder Executivo¹¹⁴.

Esta situação perdura até 1966, quando um referendo simultâneo às eleições, vencidas pelos colorados, restaura o presidencialismo¹¹⁵.

O declínio econômico uruguaio provoca o aumento da inflação, dos protestos populares e da ação dos Tupamaros, grupo guerrilheiro de esquerda, surgido em 1963. Nas eleições de 1971, Juan Maria Bordaberry, colorado, é eleito presidente. Apoiado pelos militares, em 1973, Bordaberry¹¹⁶ fecha o Congresso, suspende a Constituição e instaura um regime repressivo. Em 1976, é substituído¹¹⁷ por

¹¹³Daí porque o Uruguai passa a ser chamado de Suíça sul-americana, em uma referência ao sistema vigente naquele País que é de um Poder Executivo Colegiado. Embora, Caetano e Rilla (2006, p.245) cite que: *el ex presidente Luis Batlle contaba que, de viaje por Europa no vacilaba en invertir los términos de la vieja metáfora, para espetar a sus anfitriones suizos que, en realidad, eran ellos “los uruguayos de Europa”*.

¹¹⁴Arteaga (2000, p.217/19) sintetiza as características desta nova Constituição salientando que: *mantenía la mayor parte de las normas aceptadas en las cartas anteriores, y las principales reformas se referían a la organización de los poderes ejecutivo y legislativo. El poder ejecutivo era ejercido por el Consejo Nacional de Gobierno, integrado por nueve miembros, elegidos directamente por el pueblo cada cuatro años. Al lema más votado se le adjudicaban seis cargos de consejeros, los cuales corresponderían a la lista más votada dentro del lema, siempre que otra lista, diferenciada por un sublema propio y permanente, no superara la sexta parte de los votos emitidos dentro del lema, pues en caso contrario le corresponderían sólo cinco cargos a la lista más votada y un cargo a la que le siguiera en número de votos. Los tres cargos restantes se adjudicaban al lema que siguiera en orden de votos, y dentro de éste la distribución se haría proporcionalmente entre los sublemas que concurrían a la elección bajo dicho lema. La fórmula adoptada, colegiado integral con representación bipartita, suponía establecer una coparticipación de los dos partidos mayoritarios en la integración del Consejo, pero esto no implicaba colaboración alguna en la gestión de gobierno. Se volvía al principio político de la coparticipación asumido en la Constitución de 1934, que en ese texto se concretaba por medio de la integración del Senado y de la distribución de los ministerios, tres de los cuales se debían entregar obligatoriamente al segundo partido. Allí la coparticipación implicaba un cogobierno directo. En cambio, en la Constitución de 1952 la coparticipación sólo implicaba la necesaria integración del Consejo. En los hechos funcionó como una forma de control de la minoría sobre la mayoría más que como una fórmula de cooperación política. La presidencia del Consejo era rotativa, por periodos anuales, entre los cuatro primeros consejeros electos bajo el lema mayoritario y por orden de colocación en la lista representativa. Los consejeros no podían ser reelegidos sino después de transcurridos cuatro años entre su cese y la fecha de toma de posesión. Es decir, se les aplicó el mismo impedimento que tuvieron los presidentes de la República en las constituciones de 1830, 1919, 1934 y 1942. El poder legislativo siguió siendo bicameral. La Cámara de Representantes se componía de 99 miembros, elegidos directamente por el pueblo con arreglo a un sistema de representación proporcional. La Cámara de Senadores se integraba por 31 miembros, elegidos directamente por el pueblo, considerándose a la República como una sola circunscripción electoral. La presidencia del Senado y de la asamblea general era desempeñada por el primer titular de la lista más votada dentro del lema más votado.*

¹¹⁵Sierra (1998, p.49-440) comenta que: *en lo que hace a la estructura del Poder Ejecutivo, en 1918 se abandonó el presidencialismo unipersonal de 1830 por el régimen mixto o semi-colegiado (se repartía el poder entre el presidente y un Consejo de Administración); luego se pasó nuevamente al presidencialismo unipersonal que se mantuvo en 1934 y 1942; en 1952 se instauró un Ejecutivo colegiado bipartidista de nueve miembros (único caso en América Latina), para finalmente volverse al presidente único en 1966.*

¹¹⁶Rouquié (1984, p.296).

¹¹⁷Na verdade ele foi destituído pelos militares, assume em seu lugar Alberto Demicheli, presidente do Conselho de Estado, até a designação de novo presidente.

Aparício Méndez.

Em 1980, as Forças Armadas são derrotadas em um plebiscito para referendar uma nova Constituição e, diante da aguda crise econômica, decidem dividir responsabilidades com os civis. O general Gregório Alvarez chefia o governo de transição. As eleições de novembro de 1984 dão vitória ao colorado Julio Maria Sanguinetti. Em 1989, a Lei do Ponto Final, que anistia os militares repressores durante a ditadura, é aprovada em plebiscito.

Ainda em 1989, Luis Alberto Lacalle, candidato do Partido Nacional (PN, blanco), vence as eleições presidenciais. Ele implementa uma política neoliberal de privatizações, corte de gastos públicos e arrocho salarial, que provoca grandes resistências. As reformas não avançam. A economia segue estagnada. Alguns de seus auxiliares são presos sob acusação de corrupção. No plano internacional, assina o Tratado de Assunção.

Em 1994, nas eleições gerais, vence o colorado Julio Sanguinetti, que volta à Presidência no ano seguinte. Em 1995, o Legislativo aprova o aumento dos impostos, os cortes nos gastos públicos e a reforma do sistema previdenciário e, em 1996, é a vez de uma reforma constitucional para mudanças do sistema eleitoral. Em 1999, após disputada eleição, é eleito o colorado Jorge Batlle. Nas eleições de 2004, a esquerda vence, com o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez, que faz seu sucessor, José Mujica em 2009. Mujica, ex-guerrilheiro, assume em março de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MERCOSUL deve sua existência pela vontade dos então governantes de seus Estados-Partes e, sob a vontade de seus governantes, tem, ora aumentado o ritmo de integração, ora estagnado esse ritmo. Do muito que se escreve sobre o MERCOSUL, pouco se pensa na história sobre a trajetória do presidencialismo nesses países. É fato que este já foi o mote em livros e artigos anteriores por nós escritos. Renovar e reavivar essa história sempre são oportunos. Nesse contexto, o presente artigo cumpre com seu objetivo.

O sistema personalista do presidencialismo, no âmbito do MERCOSUL, faz com que o temperamento de alguém que acumula a chefia de estado e de governo influencie enormemente as relações com os outros estados soberanos, tornando sua decisão, *a priori*, a vontade do País.

Como anteriormente salientado¹¹⁸, é evidente que, em razão do estilo entre os detentores da Chefia de Estado, houve uma considerável mudança de postura, no que concerne ao MERCOSUL, principalmente entre os dois sócios maiores, em decorrência das relações entre Menem e Collor, posteriormente, aquele com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e este com Fernando de la Rúa e Duhalde, ou ainda entre Nestor Kirchner e Luis Inácio Lula da Silva e este com Cristina Kirchner. A relação de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff ainda é uma incógnita, mas ao se levar em conta os atritos entre sócios maiores ao longo do primeiro semestre de 2011, não houve muita afinidade ainda. Por outro lado, as queixas dos dois sócios menores, em relação ao comércio inter-regional, não podem ser ignoradas. O arrojo pelo qual se pautou o MERCOSUL, em seus dois primeiros anos, e o ritmo marcado, nos anos subsequentes, espelham, em maior ou menor grau, a expectativa de seus governantes.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

- ABELLA, Gonzalo. **Historia diferente del Uruguay**. 4.ed. Montevideo: Betun San ediciones, 2007.
- ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da Organização Política da Argentina**. Campinas: Unicamp, 1994.
- ALMEIDA, Paulo Renan de. **Pacto ABC – Raízes do MERCOSUL**. Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 1998.
- ALZAMORA, Carlos. **La crisis y la capacidad de acción latinoamericana**. Revista de la Integración Latino Americana, n.105, set., 1985.
- AMORIM Neto, Octavio. **Presidencialismo e Governabilidade nas Américas**. RJ: FGV editora, 2006.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Revolução de 30 – Da República Velha ao Estado Novo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- ARINOS, Afonso; QUADROS, Jânio. **História do Povo Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: J. Quadros Ed. Culturais, 1968.

¹¹⁸ Crise do Modelo Presidencialista no âmbito do MERCOSUL.

ARTEAGA, Juan José. **URUGUAY – Breve Historia contemporânea**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve História da Argentina**. SP: Ática, 1996.

BELLO, José Maria. **História da República**. 8.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1983.

BONAVIDES, Paulo, **Curso de Direito Constitucional**. 11.ed. São Paulo: Malhadas, 2001.

CAETANO, Geraldo; RILLA, José. **Historia Contemporânea del Uruguay**. 3.ed. Uruguay: ClaeH, 2006.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as Constituições do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1971.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa – A Economia Política do Não**. São Paulo: Bomtempo, 2001.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, Olímpio Ferraz de. **Sistema parlamentar: história constitucional e política**. São Paulo: Ed. Piratininga, 1933.

CASTRO, Therezinha de. **História da Civilização Brasileira**. Rio Janeiro: Capemi, 1982.

CERVO, Amado Luiz, **A dimensão regional e internacional da independência**. In: **História do Cone Sul**. (org.) Amado Luiz Cervo. Brasília: UNB, 1998.

CHAVES, Julio César. **Compendio de Historia Paraguaya**. Asunción: Librería El Lector, 1998.

DELLASOPPA, Emilio. **Ao inimigo, nem justiça – violência política na Argentina 1943-1983**. SP: Ed. Hucitec, 1998.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Formação dos Estados Nacionais e expansão do capitalismo no século XIX**. Artigo publicado na História do Cone Sul. Brasília: UnB, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Vol. II. 10ª .ed. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1950-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GRIMSOM, Alejandro. **Vivências do Estado como Alteridade**. In: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Argentinos e Brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 2002

HAGE, José Alexandre A. **As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no MERCOSUL – princípios de hegemonia, dependência e interesse nacional no Tratado de Assunção**. Curitiba: Juruá, 2004.

HAMBLOCH, Ernest. **Sua Majestade o Presidente do Brasil – Um Estudo do Brasil constitucional (1889-1934)**. Coleção Temas Brasileiros. Vol. 13. Editora Universidade de Brasília, 1981.

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

JARÁ GOIRIS, Fabio Aníbal. **Autoritarismo e Democracia no Paraguai Contemporâneo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

LOVE, Joseph. **A Revolução de 30 e o Regionalismo Gaúcho**. Conferência proferida no Simpósio sobre a Revolução de 30, realizada em 1980 pela UFRS. Porto Alegre: Editora Erus, 1983.

LUNA, Félix. **Breve História de los Argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 1997.

_____. **Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.

MONINELLI, N. Guillermo et alli. **Congreso: Presidência y Justicia em Argentina**. Buenos Aires: Temas, 1999.

MORAES, Ceres. **Paraguai – A consolidação da ditadura de Stroessner – 1954/63**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.

_____. **As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração – História do Cone Sul.** (Org). Amado Luiz Cervo e Mário Rapoport. Brasília: ed. UnB, 1998.

MOURA, Gerson. **A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade?** In: A Revolução de 30 – Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1982.

PAREDES, Roberto; VARELA, Liz. **LOS CARLOS – Historia del Derrocamiento de Alfredo Stroessner.** Asunción: Ser Vilibro, 2005.

PILLA, Raul. **Perfis Parlamentares.** N.º 16, Brasília, Câmara dos Deputados, 1980.

RESQUIN, Francisco I. **La Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza.** Asunción: El Lector, 1996.

ROJO, Raúl Enrique. **El Sistema Político Argentino.** In: Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul. (Org.) José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina.** RJ: Zahar, 2006.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Ocidente, Introdução à América Latina.** São Paulo: Edusp, 1991.

_____. **O Estado Militar na América Latina.** São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1984.

_____. **Poder militar y sociedad política en la Argentina.** vol I e II, Buenos Aires: Emecé editores, 1978.

SANTOS, Ana Maria dos. **América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas.** In: O século XX: O Tempo das Dúvidas- Do declínio das utopias às globalizações. (Org.) REIS, Daniel Aarão Filho. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos 1930-1942.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

SIERRA, Gerónimo de. **Sistema político, sistema de partidos y régimen electoral en el Uruguay.** In: Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul. (Org.) José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, Hélio. **O Primeiro Século da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. **Nasce a República.** Coleção História da República Brasileira. Vol. I, São Paulo: Três, 1975.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **Cartilha do Parlamentarismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

SIMÓN, José Luis. **Sistema político, Estado y sociedad en el Paraguay del autoritarismo contemporáneo y en el de la transición y la integración democrática**. In: Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul. (Org.) José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TAVARES, José Antônio Giusti. **O sistema político Brasileiro**. In: Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul. (Org.) José Antônio Giusti Tavares e Raúl Enrique Rojo. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VEIGA GARCIA, Emanuel da. **As Duas Argentinas**. São Paulo: Ática, 1990.

VIANA, Francisco. **ARGENTINA – Civilização e Barbárie**. São Paulo: Atual Editora, 1991.

WACHOWICZ, Marcos. **Poder Constituinte e Transição Constitucional – Perspectiva Histórico-Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2000.

WINTER, Luís Alexandre Carta. **A crise do modelo presidencialista no âmbito do MERCOSUL**. 1ª.ed. Curitiba: Juruá, 2002.